

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Gilberto de Souza Ferreira

O endividamento dos PIIGS-2000/2011

Florianópolis
2011

GILBERTO DE SOUZA FERREIRA

O ENDIVIDAMENTO DOS PIIGS-2000/2011

**Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Bacharelado.**

Orientador: Rabah Benakouche

Assinatura:_____

**Florianópolis
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (10,0) ao aluno Gilberto de Souza Ferreira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor: Rabah Benakouche

Professor: Lauro Francisco Mattei

Professor: José Antônio Martins

A Giovana, mulher amada, Guilherme e Helena, filhos adorados.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a minha família pelo carinho e incentivo oferecido. Aos professores Rabah Benakouche, Lauro Mattei, José Martins, pela dedicação, pela compreensão, paciência, amizade e permanente disponibilidade no transcorrer deste trabalho. Vocês ressuscitaram o economista que já havia morrido.

Ao longo dos anos, a economia tornou-se mais e mais abstrata e divorciada dos acontecimentos do mundo real. Em geral, os economistas não estudam o funcionamento do sistema econômico em si. Teorizam a seu respeito. Como Ely Devons, um economista inglês, observou certa vez em um encontro: se os economistas desejassem estudar o cavalo, não observariam cavalos. Sentar-se-iam em seus escritórios a se perguntar: o que eu faria se fosse um cavalo?

Ronal h. Coase, the task of society

RESUMO

FERREIRA, Gilberto de Souza. **O endividamento dos PIIGS 2000-2011**. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

O presente estudo discute a crise econômica de 2008 e suas consequências, sobretudo nos países dos chamados anacronicamente de PIIGS e como isto interfere na economia europeia e mundial. Parte-se da queda na taxa de juros da economia nas décadas de 1970 em diante e aborda-se como isto alterou as relações econômicas no mundo. Analisou-se a trama do neoliberalismo no que diz respeito às décadas de 1980 e 1990, e o modo como ela veio a piorar a situação, pois ao afastar o Estado da economia, abriram-se as portas para a especulação financeira dominar a economia mundial. Por fim, destaca-se a discussão sobre as influências da formação da União Europeia, responsável por colocar no mesmo balaio economias fortes e fracas, que se endividaram além do que podiam e por consequência com a crise financeira de 2008 afundaram de vez, colocando a Europa e o euro em perigo.

Palavras-chave: Crise econômica. Neoliberalismo. Taxa de lucro. Desemprego. Endividamento. Europa. Estados Unidos. PIIGS.

ABSTRACT

FERREIRA, Gilberto de Souza. **O endividamento dos PIIGS 2000-2011**. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

This study discusses the economic crisis of 2008 and its consequences, especially in the countries of the anachronistically called PIIGS and how this interferes with the European and world economy. It starts with the fall in interest rates of the economy in the 1970s and looks forward to how this changed economic relations in the world. We analyzed the plot of neoliberalism in relation to the 1980 and 1990, and how she came to make matters worse, because in rejecting the state's economy opened the door to speculation dominate the world economy. Finally, there is discussion on the influence of the formation of the European Union, responsible for putting in the same basket strong and weak economies, who borrowed beyond their ability and consequently the financial crisis of 2008, sank at once, putting the Europe and the euro in danger.

Keywords: Economic crisis. Neoliberalism. Rate of profit. Unemployment. Indebtedness. Europe. The United States. PIIGS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI= Fundo Monetário Internacional

PIB= Produto Interno Bruto

OCDE= Organização Para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PIIGS= Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha.

UE= União Europeia

EUA= Estados Unidos da América

CIA = Central de Inteligência Americana

USAID= United States Agency for International Development

CDS= Credit Default Swap

BC= Banco Central

NIPA= National Institute of Pension Administrators

FED = Federal Reserve

EU = Europa

BIS= Bank for International Settlements

EFSF= European Financial Stability Facility

MERCOSUL= Mercado Comum do Sul

NAFTA= North American Free Trade Agreement

ALCA= Área de Livre Comércio das Américas

OPEP= Organização dos Países Exportadores de Petróleo

EURATOM= Comunidade Europeia da Energia Atômica

CEE= Comunidade Econômica Europeia

UME= União Monetária Europeia

FECOM= Fundo Europeu de Cooperação Monetária

ECU= Unificação Monetária Europeia.

MTC = Mecanismo de Taxas de Câmbio e Intervenção

SME= Sistema Monetário Europeu

ECU = Unidade Corrente Europeia

TUE= Tratados da União Europeia

EFSF = Linha de Estabilidade Financeira Europeia

FEEF= Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

IFI= Instituto Financeiro Internacional

EUROSTAT= Agência de Estatística da Europa

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO	13
1. 1 OBJETIVOS	17
1.1.1 Objetivo geral.	17
1.1.2 Objetivos Específicos	17
1.2 Justificativa	17
1.3 Metodologia	18

CAPÍTULO II

2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 A criação da vida.	19
2.2 A queda da taxa de lucro	20
2.3 A formação do Euro	37
2.3.1 A formação da União Europeia	37
2.3.2 A zona do Euro	44

CAPÍTULO III

3 A DÍVIDA DOS PIIGS	50
3.1 Visões Gerais	50
3.2 Portugal	57
3.3 Irlanda	57
3.4 Itália	58
3.5 Grécia	59
3.6 Espanha	60

CAPÍTULO IV

4 CONCLUSÕES	64
5 REFERÊNCIAS	69

1 1 INTRODUÇÃO

Paul Krugmann (2011), em um de seus textos faz uma analogia sobre a crise econômica que começou nos EUA e rapidamente espalhou-se pelo mundo e atingiu a Europa como uma batida de frente a 200 km por hora, causando um estrago gigantesco em alguns países do continente, diz ele:

[...] vamos falar sobre os tombos de traseiro, que ultimamente me têm feito cantarolar a velha canção infantil “There’s a Hole in My Bucket” (tem um furo no meu balde). Para aqueles que não conhecem a canção, ela fala de um fazendeiro preguiçoso que se queixa do furo e sua esposa o manda consertá-lo. Mas cada ação que ela sugere acaba exigindo uma ação anterior e, no final, ela pede para que ele busque água no poço. “Mas há um furo no balde, querida Liza, querida Liza.” (KRUGMANN, 2011)

O que isso tem a ver com a Europa? Bem, a esta altura, a Grécia, onde a crise começou, é apenas um espetáculo secundário sinistro. O risco real e imediato vem de uma espécie de corrida aos bancos na Itália, a terceira maior economia da zona do euro. Os investidores, temendo um possível calote, estão exigindo taxas de juros mais altas para a dívida italiana. E esses juros mais altos, ao aumentarem o fardo do serviço da dívida, tornam o calote mais provável. É um círculo vicioso, com temores de calote correndo o risco de se transformarem em uma profecia autorrealizável.

Calotes estes que não são novidades em países chamados soberanos. Vários destes calotes foram dados ao longo da história, segundo um levantamento feito por Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart (2008) no livro oito séculos de delírio financeiro. Para eles “os países de mercados emergentes de hoje não inventaram os calotes seriais, ou seja, reiterados calotes soberanos. Ao contrário, vários dos países hoje ricos enfrentaram problemas semelhantes quando eram mercados emergentes. Calotes seriais de divisas externas são comuns em todas as regiões do mundo, inclusive na Ásia e na Europa. A perspectiva oferecida pela escala (no tempo) e escopo (entre países) de nosso conjunto de dados é importante para compreender os calotes: mostra que praticamente todos os países deram calote da dívida externa pelo menos uma vez e que muitos o fizeram várias vezes durante sua fase de economia de mercados emergentes, período que tipicamente dura pelo menos um a dois séculos.”.

Os calotes na Europa em dois séculos são apresentados no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 Registros cumulativos de calotes e reescalonamento na Europa de 1880 a 2008

País	Calotes	País	Calotes	País	Calotes
Alemanha	8	Noruega	0	França	8
Áustria	7	Países Baixos	1	Grécia	5
Bélgica	0	Polônia	3	Hungria	7
Dinamarca	0	Portugal	6	Rússia	5
Espanha	13	Reino Unido	0	Turquia	6
Finlândia	0	Romênia	3	Itália	1

Fonte: Liga Das Nações

Quando se ouve falar em dívida externa, geralmente se pensa no Brasil ou qualquer outro país em desenvolvimento ou pobre. O endividamento externo ou interno não é exclusivo de país de terceiro mundo. Nos países soberanos o endividamento é histórico e estrutural.

Entende-se por dívida externa o montante de débitos que um país possui, provenientes de empréstimos feitos no exterior. Estes empréstimos são feitos com bancos estrangeiros, governos de outros países ou instituições financeiras internacionais.

Neste enfoque, cabe ressaltar que um dos mitos mais propagados por muitos economistas é a ideia de que o endividamento não atinge os países ricos ou os que, nas últimas décadas, conseguiram países do primeiro mundo tem dívidas externas e internas gigantescas e histórico de calotes em relação aos seus débitos.

No livro "oito séculos de delírios financeiros" Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart (2008) dissecam esses calotes generalizados na história dos países soberanos. Eles fazem uma narrativa detalhada de mais de 800 anos de trambiques e trapalhadas financeiras repetidas, em vários países, onde o sistema bancário enlouquecido pelo lucro fácil empresta a quem não terá condições de honrar o pagamento de suas dívidas criando a mágica do consumo sem trabalho. Esses autores mostram, sobretudo, que esses países têm enormes dificuldades em aprender com seus próprios erros e insistem em aplicar a máxima de que desta vez tudo será diferente.. Esta obra apresenta uma análise abrangente da ampla diversidade de crises financeiras e nos orienta ao longo de oito séculos espantosos de calotes de dívidas públicas, de pânico bancários e de surtos inflacionários .

Segundo Paulo Rabello de Castro (2011), economista e colunista da revista Época: " a história de um desastre financeiro se repete, agora na Grécia e debaixo de nossos olhos, enquanto os governos, tanto daquele país quanto da união Europeia, acolitados pelos banqueiros envolvidos, se debatem em planos para remendar o que não tem mais remédio . A

conta do calote grego já foi empurrada por baixo da porta dos mercados. De fato é mais que isso, os “extras” das conta ainda estão por vir, tornando a vida dos credores da dívida grega ainda mais azeda.”

De acordo com Eichengreen e Hausmann (1999), a incapacidade da maioria dos países em tomar emprestado no mercado internacional em sua própria moeda é chamada de Pecado Original. Num mundo com elevada volatilidade nos fluxos de capitais e nas cotações das moedas, os países com Pecado Original sofrem diversos problemas macroeconômicos com o descasamento de moedas na sua estrutura patrimonial agregada.

Comparação da situação no grupo dos PIIGS

Dívida externa bruta total em % do PIB (final de 2009)

Itália: 115,2
 Portugal: 225
 Irlanda: 1004
 Grécia: 168,2
 Espanha: 168,1

Dívida externa líquida total em % do PIB (final de 2009)

Portugal: 88,6
 Irlanda: 75,1
 Grécia: 82,5
 Espanha: 80,6

Posição de investimento internacional líquida em % do PIB (final de 2009)

Portugal: -111,7
 Irlanda: -73,1
 Grécia: -82,2
 Espanha: -93,5

Fonte: Ricardo Cabral, “The Pigs’ external debt position” (Maio 2010)

Apesar de ter sido o país em que a crise da dívida se agudizou este ano, a Grécia é, dos quatro PIIGS, o que tem uma dívida externa total menos elevada em termos de PIB, de 164%. Em termos absolutos, o montante da dívida é de 553 bilhões de dólares. Mas, fruto das manipulações operadas pelo governo grego anterior, quer no valor da dívida externa (que foi “reduzida” em 70% entre 2007 e 2008) como no déficit orçamentário, a desconfiança dos mercados financeiros se alastrou rapidamente e ficou “embebida” na imagem de Atenas. A Grécia está a ser “empurrada” para uma situação de pré-default como ocorrera na Islândia, mesmo partindo de um indicador mais “baixo” em matéria de dívida externa em relação ao PIB, começa a assustar, em muito, os países centrais da Europa, grandes credores da dívida grega.

Assim, diante de tal contexto, o presente estudo se concentrará em analisar a dívida, suas causas e consequências, dos países dos chamados países periféricos da zona do Euro, os conhecidos PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha). Para tal, Serão utilizados dados dos arquivos do Banco Mundial, FMI , CIA, OCDE e o enorme levantamento feito por Carmen Reinhart (2008) nos arquivos da Liga das Nações, revistas e jornais especializados, bem com sites e livros.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O trabalho tem com objetivo geral estudar o processo de formação das dívidas externas, em termos de endividamento das famílias, empresas e Estados, que são ao longo do tempo estruturais e repetitivas.

1.2.1 Objetivo específico

Estudar porque dos PIIGS se endividaram pela mesma razão, mas por caminhos diferentes, bem como analisar as consequências destas dívidas para a economia destes países e do mundo.

1.3 Justificativa

Por ser um tema atual, torna-se imprescindível seu estudo, sobretudo por não existir ainda literatura apreciável, em português, sobre o assunto. O tema por si só já é importante, pois estas dívidas tendem a contaminar a economia mundial, fortemente globalizada financeiramente.

1.4 Metodologia

A pesquisa será feita através da exploração de textos de jornais, revistas e sites especializados em economia e globalização, bem como através dos livros 8 séculos de delírio financeiro de Carmen Reinhart e Kenneth Rogof (2008), O mundo é curvo de David M. Smick (2005) Manias, pânicos e crashes de Charles Kindleberger (2008) e Assassinos econômicos de John Perkins (2005).

Serão também usados relatórios de instituições específicas como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, bancos centrais de países europeus e CIA, que fornecem séries históricas em alguns casos. A coleta de dados é complicada, pois eles se encontram dispersos em vários organismos. Portanto, a pesquisa terá aspectos ora passando pela descrição ora passando pela exploração de dados. Irá se partir da constatação de que a queda na taxa de lucro da economia ao longo dos anos aumentou a taxa de juros e a oferta de créditos o que levou ao endividamento, ou seja, a queda do capital industrial e o aumento do capital financeiro especulativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo estudará a criação da dívida, partindo dos estados Unidos, que sempre exportaram suas crises para outros países. O ponto de partida será a queda da taxa de lucros nos EUA e a consequente queda do poder de compra dos americanos e portanto causando queda no consumo e na produção, obrigando o governo a sustentar o consumo através do aumento do crédito via aumento da dívida pública, ocorrendo na sequência, endividamento das famílias, das empresas e do estado.

2.1 A criação da dívida

De acordo com Guttman (2008) existem fortes evidências de que a dívida pública das maiores economias atingiram nos últimos anos níveis não registrados desde o fim da Primeira Guerra Mundial, ultrapassando o nível atingido durante a Primeira Guerra Mundial e a Depressão de 1929. Ao mesmo tempo, os níveis de dívida privada, em especial das instituições financeiras e das famílias, estão em território desconhecido e são (em diferentes graus) de um passivo contingente do setor público em muitos países. Ao longo da história, episódios de alta alavancagem tem sido associada com menor crescimento econômico e maior incidência de inadimplência ou, mais genericamente, reestruturação das dívidas públicas e privadas. A forma mais sutil da reestruturação da dívida é a "repressão financeira" (que teve seu auge durante sistema de Bretton Woods).

John Perin (2005) em seu livro “assassinos econômicos” (profissionais altamente remunerados, cujo trabalho é lesar países ao redor do mundo em golpes que se contam aos trilhões de dólares. Manipulando recursos financeiros do Banco Mundial, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de outras organizações americanas de “ajuda” ao exterior, eles os canalizam para os cofres de enormes corporações e para os bolsos de algumas famílias abastadas, que controlam os recursos naturais do planeta) explicou a mecânica básica da dominação econômica, nos dias atuais, onde empréstimos eram e são utilizados como uma arma sutil para lesar um país, fazê-lo financeiramente dependente.

Desta forma as dívidas externas e internas são construídas de modo criminoso por países poderosos aliados a grandes corporações e governos locais corruptos. A globalização, sobretudo a financeira, transformou o mundo num enorme cassino, onde só perdem os países com economias já abaladas, com situação financeira geralmente maquiadas para esconder a fragilidade de suas economias.

De 1980 até 2010, “o valor de todos os ativos financeiros globais saltou de US\$ 12 trilhões para 140 trilhões de dólares, um aumento de 1166%. Os ativos financeiros globais saltaram de aproximadamente 100 % do PIB mundial (em volta de 60 trilhões de dólares) em 1980 para 325% hoje” (Mick,). Dinheiro em sua maioria virtual, criado com o simples apertar de uma tecla de computador transferindo depósitos de um local para outro. A promessa de lucro fácil foi criando opções de crédito cada vez mais arriscadas, arrastando investidores, sejam eles privados ou não, para um mundo de faz de conta, aonde os riscos vão cada vez mais sendo desprezados. A globalização inventou a máquina perfeita de criação de riqueza e assustadoramente, a situação contrária, criando pobreza da noite para o dia.

Um dos mitos mais propagados por muitos economistas e governantes é a ideia de que o calote da dívida soberana (*default*) não atinge os países ricos ou os que, nas últimas décadas, conseguiram “graduar-se” da situação de emergentes para o clube dos desenvolvidos. “Isso não pode acontecer aqui, dizem. Mas é um erro. Esta crise mais recente de risco de default na zona euro não é um fenômeno novo. Calote em série é um acontecimento surpreendentemente universal, incluindo os países desenvolvidos”(REINHART, 2008)

2.2 A queda da taxa de lucro

A economia sempre foi um jogo, onde enormes forças vivem se enfrentando. Essas forças são como cobras que se arrastam na escuridão, travestidas de grandes corporações financeiras, que no fundo, sempre decidiram o futuro do mundo, através de seus representantes em pontos chaves no tabuleiro do poder.

A taxa de lucro sempre foi o motor da economia, a razão de todas as lutas, ela é quem faz brilhar os olhos da ganância. E ela, na economia real, vem perdendo espaço ao longo dos anos, por motivos que veremos neste tópico. Segundo Martins (2011):

Para garantir uma elevação da taxa de mais valia como nunca visto, o sistema necessita de uma elevadíssima taxa de desemprego pelo maior tempo possível. Ganha corpo, assim, uma nova conformação entre desemprego,

salários e produtividade da força de trabalho na totalidade do mercado mundial. (MARTINS,2011)

Por intermédio da migração financeira e maçônica das casas reais e sua eliminação abrupta, a chamada democracia parlamentar apareceu por todo o planeta. O sistema partidário difuso, turvo e faminto por dinheiro ligado a ela, permite às Altas Finanças as maiores possibilidades de atuação, que poderiam ser alcançadas somente com muito esforço no caso de um país monárquico, e que deveriam ser improvisadas com muitos contra golpes. Os partidos – hoje atuam como associações para privatização do estado – como instituições da corrupção organizada, oferecem todas as possibilidades para o domínio capitalista de um país. Estes partidos não são organizações enraizadas no seio dos municípios ou da vida produtiva do povo, mas sim aglomerados particulares de quadrilhas e bandos provenientes historicamente de associações golpistas, salões políticos ou de lojas secretas. Eles não representam de forma alguma a grande fatia da sociedade de um povo, mas sim aqui e ali um aglomerado de carreiristas e caçadores de cargos, abertos a todo tipo de corrupção através do “Big Money”. É a mais pura ilusão acreditar que a democracia partidária representa o direito de escolha do “pequeno eleitor”, mas – *de fato* – representa o interesse lucrativo do “Grande Capital”. (http://www.inacreditavel.com.br/novo/mostrar_artigo.asp?id=588)

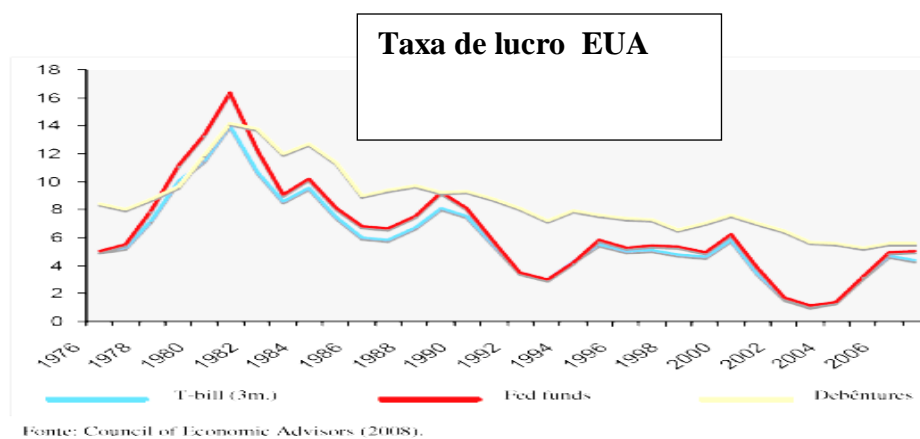
A crise iniciada em 2007 foi a mais grave crise econômica desde os anos 30 e teve o auge no centro do capitalismo, os Estados Unidos, o governo reagiu basicamente no sentido de resgatar os grandes oligopólios financeiro-industriais em geral. Os Estados Unidos derramaram uma montanha de vários trilhões de dólares nos cofres dos bancos, financeiras e grandes corporações tratando de impedir sua quebra maciça e tomou medidas de certo estímulo ao consumo, agravando e muito, o déficit fiscal e a dívida pública, rompendo barreiras históricas. Do ponto de vista prático, os objetivos foram pouco alcançados, pois famílias e empresas estavam violentamente endividados, fruto de créditos fáceis e baratos, sobretudo no crédito imobiliário.

Segundo Robert Guttman e Dominique Plihon, “The Historical Background: Europe,” in G. Epstein and M. Wolfson (eds), *The Political Economy of Financial Crises*, Oxford University Handbooks (Oxford University Press: Oxford, UK), Spring 2011), livros das pesadas restrições reguladoras, os bancos americanos ganharam a capacidade de definir condições de empréstimo mais favoráveis, acelerar a inovação financeira e ampliar dramaticamente o âmbito de provedores de fundos. Por fim, a desregulação fomentou a integração das atividades de banco comercial (isto é, tomar depósitos, originar empréstimos) com as de banco de investimento (isto é, organizar o mercado) em uma rede muito mais complexa de transações financeiras e contratos entrelaçados. No centro dessa rede estão os

bancos transnacionais líderes do mercado mundial, que, na última década, transformaram-se em grupos financeiros multifacetados que combinam todo o espectro de atividades e serviços financeiros (de bancos comerciais e de investimento, de gestão de fundos, de seguradoras).

Em oposição aos antigos "bancos universais" tão dominantes na França e Alemanha do pós-guerra, os grupos financeiros de hoje visam promover os mercados financeiros como fontes de rendimentos em vez de impedir seu desenvolvimento em favor das funções tradicionais de banco comercial. Tirando proveito da desregulação precedente e com uma maior prática na combinação de diferentes funções financeiras, os bancos europeus estiveram, por um momento, à frente de seus pares norte-americanos nessa transformação da atividade bancária.

Figura 1 Taxa de lucro



Fonte: Council of Economics Advisors (2008)

Pela figura 1 percebe-se o declínio das taxas de juros nos EUA ao longo 30 anos um convite desenfreado ao consumo.

Podemos ver semelhanças entre as crises de 1907-1908, 1929-1935 e 2007-2009, todas aconteceram após um boom sustentado, pela expansão do crédito, aumento dos preços dos ativos e grande confiança excessiva dos investidores e ao abandono de riscos.

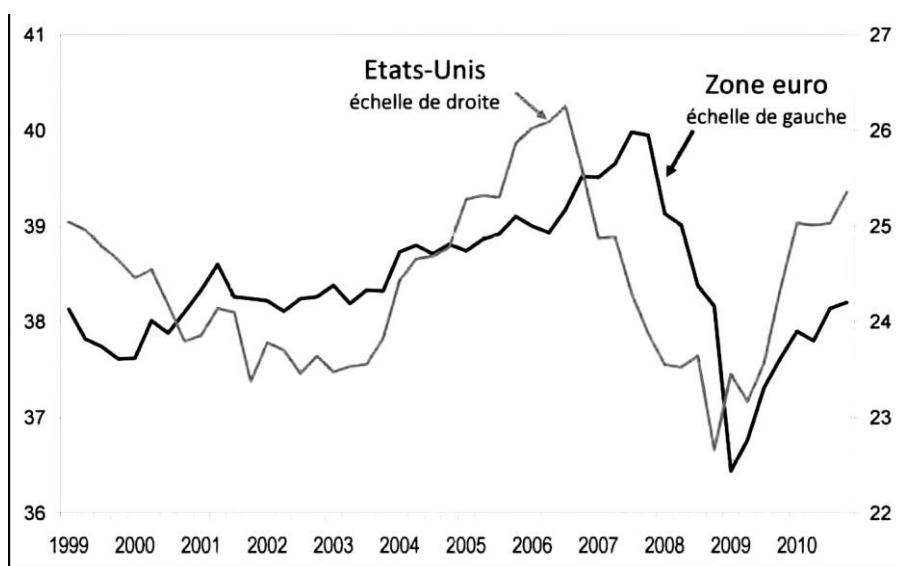
Todas foram provocadas primeiro nos EUA, embora com causas subjacentes e desequilíbrios de disseminação complexa e global, para afetar profundamente a economia mundial.

Nos três episódios, a angústia no mercado financeiro com repercussões em todo o mundo foi um canal de transmissão para a economia real, ao lado de fortes quedas no comércio

mundial. E em cada um dos casos, o socorro financeiro no raiz da crise foi seguida por uma profunda recessão na economia real.

O gráfico 1 abaixo, disponível em <<http://hussonet.free.fr/h8probou.pdf>>, faz uma comparação entre o lucro nos EUA e na Europa:

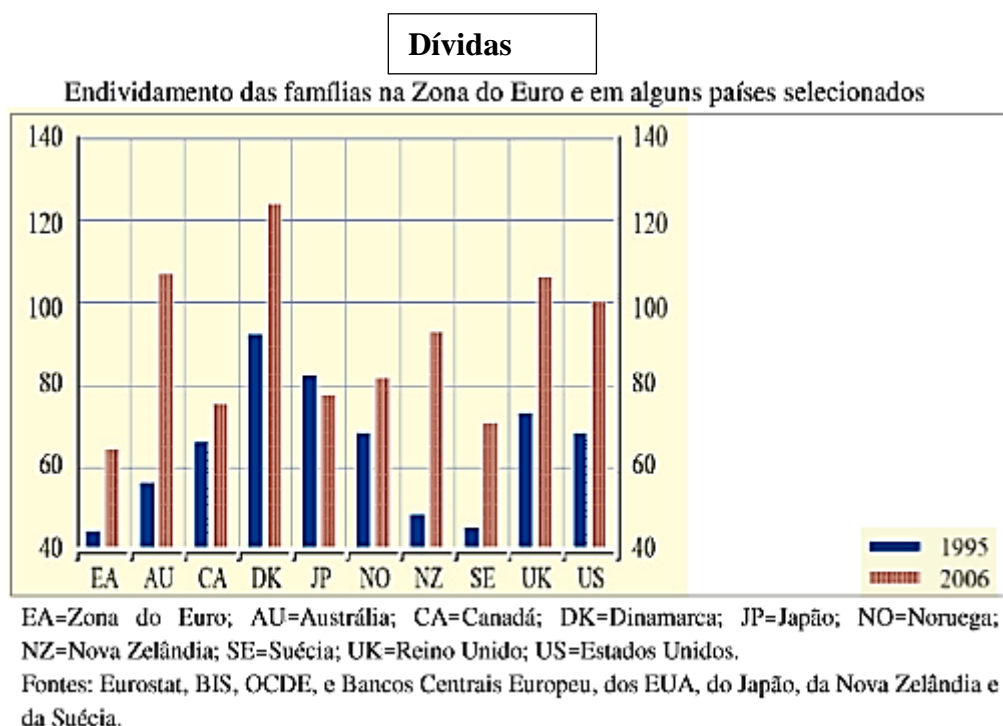
Gráfico 1 lucro na Europa e os EUA



Em% do valor. Fonte: Eurostat, o Bureau of Economic Analysis.

NB. Níveis não são comparáveis devido a diferenças na definição e alcance.

Uma das vertentes econômicas explica a crise através da queda da taxa de lucro da economia dos países soberanos e a consequente financeirização que com toda criatividade e absurdos prometia lucro fácil e quase imediato. A queda da taxa de lucro levou a baixa na taxa de investimentos produtivos, sobretudo no final dos anos de 1970 e em consequência a queda dos salários médios e a queda do consumo. O governo para expandir o consumo, facilitou e barateou o crédito, que teve efeito imediato no endividamento das famílias e das empresas, mas acima de tudo do Estado que financiou a expansão com o aumento avassalador da dívida pública através da emissão de títulos públicos.

Figura 2 Endividamento das famílias-zona do euro

Fonte : OCDE

A figura 2 mostra o crescente endividamento das famílias em uma década, em todos os países seleccionados. Através do endividamento tentou-se fazer a mágica de se consumir sem trabalho.

Está em curso um processo depressivo nos países centrais, sobretudo naqueles com saúde financeira abalada ao longo dos anos, por políticas econômicas equivocadas, fazendo a economia crescer se endividando. Países como Grécia, Irlanda, Portugal, Itália e Espanha, alguns desses já receberam grandes socorros do FMI e do Banco Central Europeu. Uma pergunta que fica, é no futuro quem socorrerá o FMI e o Banco Central Europeu, será que os contribuintes de países como Alemanha e França irão querer financiar os débitos de outros países.

Para ganhar vantagem nos mercados bancos facilitaram o processo de obtenção de crédito sem avaliar como devia o risco dos clientes. A integração na Zona Euro, a estabilidade de preços e juros e a democratização do crédito são fatores que explicam o crescente endividamento das famílias.

O enorme prejuízo econômico e financeiro ocorrido na economia mundial só vem mostrar que dentro do sistema capitalista a humanidade não terá futuro, pois o objetivo central deste sistema é o lucro, é para sua garantia que o capital busca alternativas para sua auto reprodução, visando recuperar e aumentar sua taxa de lucro. Isso inevitavelmente significa intensificar a exploração sobre os trabalhadores, a opressão sobre as nações e a destruição do planeta, fato alertado por muitos economistas e pensadores ao longo dos séculos, reproduzidos em textos e livros em exaustão. O politicólogo belga e presidente do Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo quer a anulação das dívidas dos países mais atingidos: Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal "Os diretores dos bancos centrais disseram que a crise estava sob controle, mas mentiam; esta crise vai durar uma ou duas décadas", sustentou Eric Toussaint. A predição poderia parecer temerária, mas há um ano foi ele quem garantiu que se vivia uma "situação explosiva" no Velho Continente e que a profundidade das mudanças econômicas estaria alinhada com a magnitude dessas explosões.

A crença de muitos nos argumentos ditos aos quatro ventos que o capitalismo globalizado seria capaz de equilibrar as relações econômicas entre as nações, para conter a queda da taxa de lucro e, por conseguinte evitar o aprofundamento da crise estrutural do capital, cuja origem está na superprodução, caiu rapidamente por terra á medida que a crise se aprofundava.

Em 2010, instalou-se um pânico em relação a dívida soberana de alguns países europeus, gerando uma crise de confiança entre esses países, principalmente no que diz respeito ao seguro de risco em algumas operações de CDS (crédit default swaps). Os problemas se acentuaram e geraram desestabilidades na Grécia, Irlanda, Portugal, Itália e Espanha (os PIIGS), onde existe uma maior preocupação com o déficit e a recuperação das dívidas públicas, destes governos. Em 2011, os países da Zona do Euro fizeram um acordo para liberar 110 milhões de euros para a Grécia, que depois foram acrescentados mais 157 bilhões de dólares, do FMI e do Banco Central Europeu, em troca de um violento programa de reestruturação econômica. Em maio de 2011, foi aprovado um acordo de quase um trilhão de dólares para assegurar a estabilidade financeira da Europa.

Para entender como a situação chegou a este ponto, precisamos retornar no tempo e avaliar a situação da economia mundial nas últimas décadas e como se comportou a taxa de lucro da economia, sobretudo nos estados Unidos, epicentro da terça feira negra, em maio de 2007.

Marx (1996), distinguiu, na sua obra, três tipos de crise, todas ligadas ao funcionamento da taxa de lucro. Para ele, as crises de acumulação resultam da relação entre a taxa de lucro e os componentes do capital. No auge econômico, começa haver dificuldades para manter a taxa de lucro. O pleno emprego das forças de trabalho, diminui o exército industrial de reserva; ocorre um aumento pela demanda da força de trabalho em relação a oferta, o que leva a um aumento do salário médio.

Assim no auge, ocorre também o aumento pela demanda de matéria prima e maquinaria, causando aumento de preços. Tudo isto leva a um aumento de investimentos, tendo como consequência imediata, o aumento do preço do dinheiro, elevando a taxa de juros, o que aumenta praticamente todos os preços da economia, diminuindo, ou pelo menos causando uma tendência de queda na taxa de lucro da economia. Ocorre uma inundação de produtos no mercado e, portanto uma barganha pelo preço. Portanto no auge econômico existe uma tendência à queda da taxa de lucro. E no auge, em seu processo cíclico, é o pleno emprego que irá criar as condições para a interrupção do auge econômico, pois da queda da taxa de lucro, haverá um desestímulo para novos investimentos, criando um movimento inverso: há uma tendência à recessão e depois à depressão.

A tendência histórica à queda da taxa de lucro, tem por consequência uma maior incorporação de tecnologia cada vez mais produtivas, diminuindo a quantidade de trabalho necessária para reproduzir o conjunto do capital.

A tendência da queda na taxa de lucro, leva a uma busca por manter a lucratividade do capital, através da especulação financeira; o capital se retira de setores onde a taxa de lucro tende a cair e se desloca para atividades especulativas. O estado intervém como criador deste setor através do aumento da dívida pública, pagando juros sobre sua própria dívida, transferindo recursos de impostos (portanto da população) para o setor financeiro, prejudicando, ou na pior das hipóteses, submetendo o capital produtivo e mercantil ao setor financeiro especulativo, que se converte num sistema dominante, tanto nacional quanto internacionalmente, invertendo a situação: o estado passa a trabalhar para o capital.

Nas últimas décadas, existe uma contradição entre rentabilidade e investimentos, mesmo que não exista uma relação exata entre rentabilidade e investimento, isto é, quanto

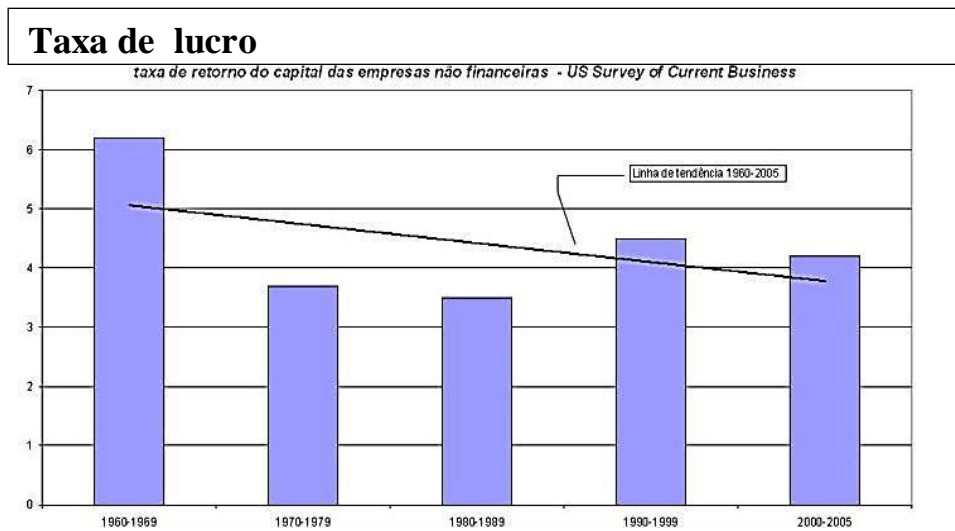
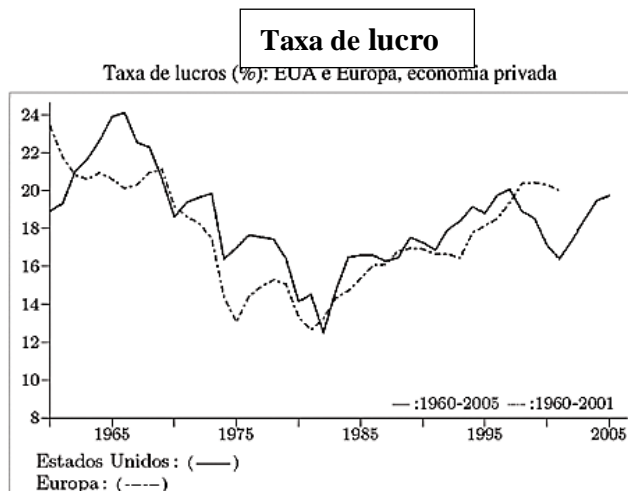
maior o lucro maior será o investimento dos capitalistas e deste modo haverá crescimento econômico. O capitalismo hoje, não cumpre esta relação entre aumento da taxa de lucro e aumento da acumulação do capital.

A grande ofensiva neoliberal, sobretudo após 1980 e atingindo o ápice nas décadas de 1990, recuperou a queda na taxa de lucro ocorrida nos anos 1960 e 1970, mas diferente do que ocorreu com a taxa de lucro, no grande auge econômico pós segunda guerra; estima-se que a taxa de lucro em 1997 era aproximadamente a metade da taxa em 1948 e entre 60% e 75% do seu valor médio entre 1956-1965 (Dumenil e Levy). Existe, um quase consenso, que esta taxa se recuperou, mas não é correspondida por uma acumulação nos investimentos duradoura e geral. “Regra geral: lucro e acumulação evoluem de acordo com um perfil parecido: os movimentos de alta ou baixa da taxa de lucro repercutem com mais ou menos defasagem nos movimentos da taxa de acumulação. A divergência entre as duas curvas na metade dos anos de 1980 aparece como fenômeno excepcional desta dinâmica de longo prazo”,(Husson, 2011).

De acordo com Joseph Stiglitz (2010), nos EUA:

As baixas das taxas de juros aplicadas pelos BC no início da década de 2000 funcionaram, fundamentalmente de modo distinto de como funciona normalmente a política monetária. Em geral, as taxas baixas fazem com que as empresas contratem mais empréstimos para investir e o aumento do endividamento vincula mais ativos produtivos. As taxas de juros reduzidas não estimularam um grande investimento. A economia cresceu, mas principalmente vinculada ao fato de que as famílias norte americanas decidiram endividar-se mais para refinarçar suas hipotecas e gastar parte do excedente”. (STIGLITZ,2010)

O final desta história já é muito bem conhecido.

Figura 3 Taxa de lucro**Figura 4 Taxa de lucro**

Europa refere-se a três países: Alemanha, França e Reino Unido. A taxa de lucros é a razão entre uma medida ampla dos lucros (produto menos o custo total do trabalho) e o estoque de capital líquido (subtraindo a amortização). Assim, impostos indiretos e sobre os lucros, juros e dividendos ainda estão incluídos dentro dos lucros.

Fonte: NIPA (BEA); Fixed Assets Tables (BEA); OECD.

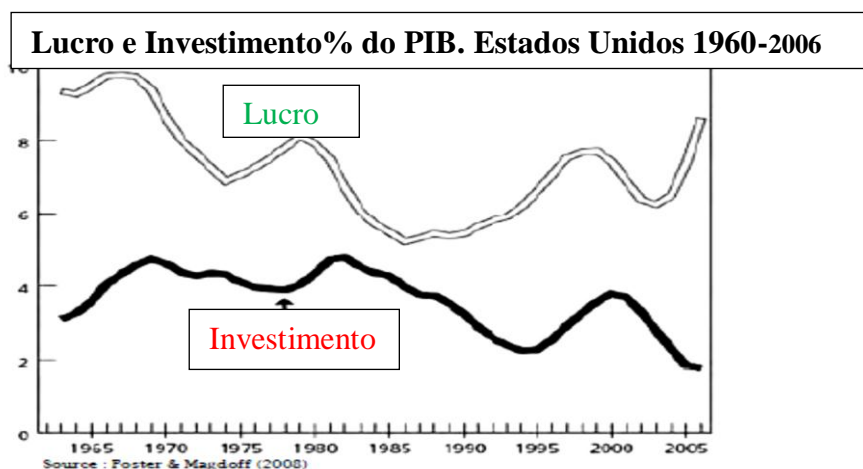
Fonte: NIPA

As figuras 3 e 4 anteriormente ilustradas, mostram a perda de lucratividade ao longo das décadas, movimento que se intensifica principalmente após 2007. Fica nítido que as taxas de lucro, apesar de crescerem em certos momentos não voltam para os patamares de 1950-1960, época do grande êxito econômico americano. As raízes da crise residem na baixa

rentabilidade desde o final dos anos de 1960. Para resolvê-los, segundo Husson (2011), inclui-se ataque aos salários e as condições de trabalho, aumentando a taxa de exploração, que no fundo é o cerne do capitalismo, que num ataque de "socialismo" sempre procura socializar o prejuízo.

No longo prazo, houve uma diminuição da taxa de acumulação primitiva e isto teve um efeito secundário: a taxa reduzida de acumulação e a alta taxa de exploração abriu um fosso entre as capacidades de produção de mercadorias do sistema e a capacidade de absorção do mercado, isto é, superprodução sem mercado para absorvê-la. Havendo, portanto, um grande descompasso entre acumulação e investimentos, pois no momento que se teve aumento da taxa de lucro este aumento não foi transferido para o investimento produtivo e sim para o setor financeiro da economia, como mostra a figura 5 abaixo, onde é ilustrado lucro e investimento, em % do PIB dos EUA de 1960 a 2006.

Figura 5 Lucro e Investimento



Fonte: Foster & Magdoff (2008)

Giovani Alves (2011) no texto “A crise europeia e o “moinho satânico do capitalismo global” afirma sobre exploração do trabalho e financeirização:

Na verdade, nos últimos trinta anos (1980-2010), apesar da expansão e intensificação da exploração da força de trabalho e o crescimento inédito do capital acumulado,

graças à crescente extração de mais-valia relativa, a produção de valor continua irremediavelmente aquém das necessidades de acumulação do sistema produtor de mercadorias. É o que explica a financeirização da riqueza capitalista e a busca voraz dos “lucros fictícios” que conduzem a formação persistente de “bolhas especulativas” e recorrentes crises financeiras.” (ALVES,2010)

Observe a figura 6 a seguir:

Figura 6 Taxa de Ganância



A figura 6 mostra a evolução da taxa de lucro dos Estados Unidos desde a crise de 1929, às vésperas da crise de 2007 é muito reveladora: - O valor anterior à crise de 1929, não se recuperou desde então. A queda da taxa de lucro no neoliberalismo, assume ares preocupantes, pois se fizermos uma projeção da taxa para as próximas décadas, ela tende a zero, o que é um prenuncio de uma crise de superprodução incomparável, ocasionando grandes operações especulativas. Tivemos uma amostra disso em 2007, a crise explodiu quando além da superprodução a crise da bolha imobiliária, acelerou a crise da economia produtiva e as dificuldades de refinar as dívidas e de obter novos investimentos.

Este mecanismo não foi diferente em outros países centrais.

A falta de reinvestimentos sustentado e generalizado dos lucros acontece com uma acumulação de investimentos excessivos de capitais em setores internacionais, sobretudo o financeiro, que são relativamente isolados da economia de um país, o que leva a condições muito fortes de rentabilidade e de riscos, ou seja, os capitais se sobre acumulam (acumulação

de capital que se) realiza em um ritmo tal que não pode sustentar durante um longo período a taxa de lucro esperada por aquele que aporta o capital- a sobre acumulação é, de certa forma, uma acumulação que não soube parar no tempo, como por exemplo, no caso das empresas pontocom e na bolha imobiliária, que em última análise, gerou a crise atual.

No capitalismo neoliberal notou-se uma tendência de queda ou de estagnação da taxa de lucro e declínio constante dos salários. Os dividendos (lucros não investidos) tiveram aumentos significativos de 1980 para frente, enquanto a taxa de investimento produtivo declinou. O quadro dois abaixo ilustra este comportamento, ela mostra a participação dos dividendos em relação ao lucro total:

Quadro dois Dividendos em % do lucro

	1980	2008	Diferença
Alemanha	12,1	20,7	8,6
EUA	2,9	6,3	3,4
França	3,1	8,4	5,3
Reino Unido	9,2	17,3	8,2

Fontes-contas nacionais, Husson (2010 d).

O neoliberalismo recuperou parte da taxa de lucro, acima de tudo, com um ataque feroz aos salários e as condições de trabalho. O estancamento da renda do trabalho travou o mercado de consumo dos trabalhadores, o causa uma grande contradição: o mecanismo que elevou a lucratividade causou a sua queda com o passar dos anos, guiando o capital produtivo para o mercado financeiro especulativo, um mercado voraz e criativo, que se fortaleceu com o progresso da informática. Fortunas são criadas e destruídas simplesmente com transferência de créditos de um lugar para outro, criando mercados fundamentalmente virtuais, que abandonam a prudência e a avaliação dos riscos, concedendo crédito com pouca garantia e com qualidade duvidosa, gerando bolhas especulativas, que estão associadas à existência de escassos espaços para a rentabilidade efetiva do capital, no sentido da geração de lucro e realização de venda.

A bolha é criada por investimentos em uma cadeia infinita de créditos baratos com pouca garantia, gerando uma rentabilidade descolada da rentabilidade real, este processo continuado para até que algum crédito não seja pago e percebe-se que o endividamento é muito maior do que se supunha. Os capitais, em consequência, fogem, e a rentabilidade cai bruscamente e a crise se instala e se alastra rapidamente, deixando de ser local (o capital é globalizado) e se espalhando por toda economia.

Nos estados Unidos, o crédito barato, sobretudo para o setor imobiliário (para combater a recessão com o estouro da bolha das empresas “pontocom”) estimulou a especulação imobiliária, levando a um forte aumento no preço das casas. Este aumento fez com que as pessoas refizessem suas hipotecas, conseguindo crédito barato e cada vez mais descolado de análises de risco, para simplesmente consumir. A relação entre estímulo ao crédito barato e especulação financeira, associado à busca pelo lucro imediato e alta necessidade de consumo do povo americano, causou um enorme endividamento não só das famílias, como das empresas (que se aproveitaram do crédito barato para especular) e o governo, que no fundo foi quem financiou o crédito barato, através de um brutal aumento na dívida pública americana, que atinge a incrível cifra de 14,5 trilhões de dólares. Este movimento em direção ao crédito imobiliário, também foi forte na Inglaterra e na Espanha.

Os gráficos mostram que essas constatações são confirmadas, o, que representam o aumento dos níveis de endividamento dos consumidores em todas as nações industrializadas especificadas, enquanto apontam, ao mesmo tempo, para o nível comparativamente alto do endividamento das famílias nos Estados Unidos.

Neste contexto teremos a expansão do setor financeiro, que foi uma tentativa dos capitalistas para obter lucros maiores do que os obtidos com investimentos produtivos. Podemos ver aí, uma contradição, pois nem todos os capitalistas tiveram tal comportamento (embarcar com todas as malas no sistema financeiro), senão seria o fim da mais valia, pois ela vem do investimento produtivo. O setor financeiro, claramente incentivado por um Keynesianismo privado “” (leia-se Alan Greenspan) permitiu que a classe trabalhadora e membros da classe média o acesso a créditos baratos e fáceis (abolição de quase todos os controles de fiscalização e avaliação de risco), gerando um endividamento sem precedentes:

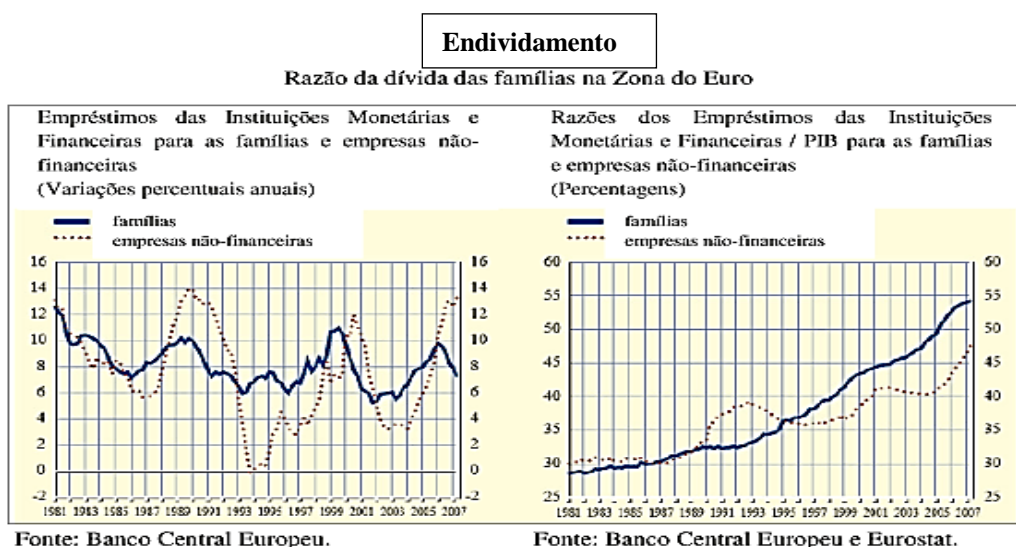
Quadro três Dívidas das famílias com % da renda disponível

	1975	2006
Estados Unidos	62	127
Zona do Euro	33	68

Fonte: OCDE

A tendência ao endividamento se percebe em quase todas as economias avançadas, ao longo das últimas décadas. Percebe-se uma correlação entre as parcelas de salários estagnados ou mesmo em declínio e o aumento do endividamento para manter o consumo. Suspeita-se de uma simbiose entre consumo e endividamento: o consumo é impulsionado pelo endividamento em níveis suficientemente altos, incitando o crescimento do PIB para sustentar o crescente endividamento das famílias, o que fica claro, na figura 7 abaixo:

Figura7 Endividamento



Fonte : Banco Central Europeu

A Figura 7 mostra que essas constatações são confirmadas, o, que representam o aumento dos níveis de endividamento dos consumidores em todas as nações industrializadas especificadas, enquanto apontam, ao mesmo tempo, para o nível comparativamente alto do endividamento das famílias nos Estados Unidos.

Para tentar entender o comportamento do consumidor, observe o que dizem Robert Guttmann e Dominique Plihon (2008) em O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzidos pelas finanças:

Um modo de responder essa pergunta é apontar para uma constelação de complementaridades institucionais nos Estados Unidos, as quais criaram conjuntamente esse viés em prol de níveis mais elevados de endividamento entre os

americanos. Primeiro, há um consenso nacional, adotado rapidamente mesmo pelo mais recente imigrante almejando se integrar, sobre perseguir o Sonho Americano que, na prática, acaba sendo traduzido pela satisfação de possuir a casa própria e uma crescente capacidade de gastar. A mentalidade de enriquecimento rápido fortemente arraigada, timidamente contida pela religião organizada e/ou pelas tradições anticapitalistas encontradas aqui ou acolá, permite que o rico dite as normas sociais de consumo para o restante dos Estados Unidos. As preferências ideológicas em prol de uma estrutura reduzida de governo também levaram os norte-americanos a confiarem determinados necessidades, que no resto do mundo são providos como bens públicos pelos próprios governos, à regulação do mercado e, por isso, eles acabaram pagando muito por coisas como educação, saúde, transporte. Muito disso é financiado por endividamento, como os empréstimos a estudantes e os financiamentos de carros. Tais canais de empréstimos especializados amplamente disponíveis são uma expressão de um sistema de endividamento do consumidor altamente desenvolvido. Esse segmento popular do sistema de crédito dos EUA, impulsionado agressivamente pelos bancos comerciais e por prestamistas mais especializados (cooperativas de crédito, financeiras) em um ambiente muito competitivo, foi amparado por muitas décadas até agora pelo governo americano, através de uma combinação de reduções de impostos, afrouxamentos regulatórios, e de concessionários de empréstimo de responsabilidade do governo encarregados de promover seus segmentos de endividamento do consumidor (Fannie Mae e Freddie Mac para as hipotecas, e Sally Mae para os empréstimos a estudantes). Afinal, os EUA construíram toda uma economia em torno do endividamento do consumidor, incluindo agências de análise de crédito que avaliam a reputação de cada família americana, conselheiros de débitos, agências de cobrança e consultores financeiros. Os americanos têm unido cada vez mais sua propensão ao endividamento com uma baixa atenção à poupança, o perfil de preferência diametralmente oposto ao da maioria dos europeus e leste-asiáticos.” (GUTTMANN - PLIHON 2008).

De acordo Guttman e Dominique Plihon (2008) nos últimos 10 anos (1998-2008) o PIB americano cresceu 31% (2,7% ao ano) e o consumo das famílias cresceu 3,4% ao ano, elevando a participação no PIB de 67,1% para 71,6% , conseqüentemente patrocinado pela redução da poupança das famílias, que despencou de 4,7% para 0,2% do PIB. Conclusão: os gastos das famílias americanas cresceram muito acima da renda disponível, alavancados pela expansão do endividamento. Segundo um artigo publicado na revista “The Economist”, o endividamento das famílias americanas cresceu para 100% do PIB em 2000 e para os inacreditáveis 140% em 2010. O endividamento total: público e privado atingiu em, 2007, 48 trilhões de dólares, sendo que o PIB mundial é de cerca de 60 trilhões de dólares, ou seja, o mundo já está no seu limite e os americanos devem quase um Pib mundial, vivendo de forma artificial em um enorme castelo de gelo, que começou a derreter no final dos anos de 1980, atingindo seu ápice em 2007, em uma crise perfeitamente pré anunciada em muitos texto de economia. O endividamento americano compilado pelo FED, a partir dos anos 20 é estarrecedor:

“A sorte da economia mundial dependia dos cartões de crédito das famílias estadunidenses – (ARTUS em “é muito tarde para salvar a América, 2009”)”. O modelo de

desenvolvimento americano é essencialmente baseado no consumo desenfreado e no endividamento das famílias. E para essas famílias o fim desse modelo foi como acordar do chamado “american dream”, perceberam que se chama sonho, porque para acreditar nele você precisa estar dormindo.

A pobreza e a desigualdade não podem mais se esconder sob o véu do consumismo em massa. Vale dizer, até então as famílias americanas tinham uma falsa sensação de mobilidade social porque atrelavam a enorme gama de produtos consumidos com uma melhora na escala social. O acesso a casas com piscinas e a enormes automóveis beberrões fabricados para atravessar desertos inóspitos, ajudou a manter vivo o sonho americano. O sonho de seus mais antigos antepassados, isto é, dos primeiros colonizadores que acreditavam na capacidade individual de cada um para ascender e fazer fortuna por meio do trabalho árduo. Um consumo financiado com base numa riqueza fictícia que só se sustenta porque os chineses, detentores das maiores reservas em dólares do mundo, continuam comprando títulos do Tesouro americano. (ARTUS, 2009).

Em suma, esse modelo que sustentou a economia mundial com base no endividamento norte-americano não pode mais se sustentar. É preciso repensar o papel do consumo numa sociedade de massas. A muralha que se ergue contra esse modelo é muito grande.” (Est-il trop tard pour sauver l’Amérique?. Paris: Le Monde / La Découverte, 2009.)

Podemos, portanto resumir o mecanismo da crise da seguinte forma de: A grande taxa de lucro nas décadas de 1940 a 1960 gerou uma superprodução, que sem mercado para tanto, baixou a lucratividade, a partir da década de 1970, que foi combatida com cortes de salários e benefícios sociais e queda no investimento produtivo. O consumo foi, portanto, incentivado por cortes na taxa de juros que aumentou as dívidas das famílias e do governo, que financiou a expansão do consumo via aumento da dívida pública. A financeirização da economia a partir da década de 1980, reduziu ainda mais os investimentos produtivos; isto aumentou o endividamento das empresas, pois com crédito barato, os capitalistas tomavam empréstimos para especular. O consumo desenfreado via endividamento das famílias, sobretudo de créditos imobiliários, que através de resseguros desprovidos de análises de riscos e juros baixos levou a crise das hipotecas, jogando a economia americana e consequentemente a mundial no limbo (alguns países com economias já frágeis, Grécia, Espanha, Irlanda, Itália e Portugal sentiram duramente o golpe e correm o risco de calotes de suas dívidas). A solução dos EUA foi novamente estimular o consumo com redução de juros e novas dívidas, injetando trilhões de dólares para salvar o setor bancário e aumentando de forma brutal a dívida pública dos americanos.

Tem-se espalhado na imprensa e nas palavras das autoridades econômicas que a crise atual é acima de tudo causada pelo gerenciamento duvidoso e que os países atingidos estavam vivendo além de suas capacidades, o que não deixa de ser verdade; os cofres do Estado foram pilhados para o enriquecimento da classe dominante às custas de quem trabalha; os impostos foram reduzidos continuamente sobre empresas e grandes rendas e fortunas nas últimas três décadas e os bilhões de Euros que socorreram as perdas especulativas do sistema financeiro na crise de 2008 detonaram as finanças públicas dos países europeus.

O nº de milionários continua a crescer apesar da crise. Um relatório da riqueza mundial da Merrill Lynch mostra que em 2007, residiam na Europa 3,1 milhões de milionários, que possuíam US\$ 10,6 trilhões em patrimônio (com 5% desse total, através de impostos, se pagaria toda dívida grega). Apenas na Alemanha, a soma da fortuna privada, aumentou 350 bilhões de euros em cerca 1,5 anos, apesar das rendas médias estagnarem nos últimos dez anos e as rendas mais baixas declinarem neste tempo. Esta riqueza se concentra em 10% da sociedade que dispõe de 60% de toda riqueza. Os planos de austeridade impostos a alguns países da zona do euro, (para poder receber ajuda financeira) para reduzir a dívida pública foi condicionada a redução do déficit orçamentário abaixo de 3% até 2013, ou seja, cortes drásticos nos gastos públicos (um ataque a força trabalhadora, com redução de benefícios sociais e cortes de salários), em nenhum momento, as grandes fortunas foram atacadas; mesmo o aumento dos impostos sobre os bancos proposto pelo presidente francês, foi rejeitado na reunião dos países ricos em Bruxelas. As ações propostas a Grécia, irá rebaixar as condições de vida dos trabalhadores em 40% até 2015. As ações tomadas na Itália, e dirigem-se quase exclusivamente contra as rendas médias e baixas.

Nos anos de 1920, Leon Trotsky alertou que a burguesia europeia era incapaz de unificar a Europa sob interesse de sua população. O sistema capitalista baseado na propriedade privada, exploração, lucro pessoal e interesses nacionais, seriam incapazes de garantir uma coexistência harmoniosa e solidariedade entre os povos europeus. Esta afirmativa se confirma, dramaticamente, hoje. (SCHWARZ, 2010).

Desde que o tratado de Roma foi adotado a 54 anos atrás, a União Europeia e suas organizações nunca estiveram tão a beira do abismo como agora. Se as autoridades europeias não encontrarem, rapidamente, uma solução para crise, isto poderá significar o fim do euro e da UE. A crise é ainda uma questão de paz e guerra e não de centavos e euros. A Europa ainda se ressentida das duas grandes guerras. As grandes crises econômicas mundiais foram resolvidas na

bala e não em acordos financeiros. A guerra é uma verdade que deve servir de alerta para o mundo e para o perigo que se descortina no horizonte futuro.

O debate realizado pelas autoridades europeias a respeito da saída da crise se alterna entre o nacionalismo descarado de um lado e a salvação da Europa pela destruição de seu povo, através de medidas de austeridade que focam custas sociais. Portanto, com em 1930, estas estradas levam a decadência social, ditadura e guerra. Nada como uma crise após outra para as distorções da história. A crise de 2008 foi um terremoto de grande magnitude e agora o mundo está recebendo o tsunami, formada pelo terremoto, que pode causar destruição maior que este.

3.3 A formação do Euro

Estudando a formação da União europeia e as regras para dela fazer parte, conseguimos entender a enorme dificuldade que os países em enrascadas financeiras têm para resolvê-las.

2.3.1 A construção da união Europeia e a triste jornada dos PIIGS.

A União Europeia é um conjunto de 27 Estados: Áustria (1995) Bélgica (1952) Bulgária (2007) Chipre (2004) República Checa (2004) Dinamarca (1973) Estônia (2004) Finlândia (1995) França (1952) Alemanha (1952) Grécia (1981) Hungria (2004) Irlanda (1973) Itália (1952) Letônia (2004) Lituânia(2004) Luxemburgo (1952) Malta (2004) Países Baixos (1952) Polônia (2004) Portugal (1986) Romênia (2007) Eslováquia (2004) Eslovênia (2004) Espanha (1986) Suécia (1995) Reino Unido (1973).

O mundo sempre procurou se organizar em blocos, tentando assim resolver problemas comuns e conseguir vantagens em relação a outros países ou blocos.

Temos por exemplo, o MERCOSUL, a Nafta, a ALCA, a Opep e a União Europeia, que é o objeto deste trabalho.

A criação da União Europeia começou a se iniciar em 1950 quando Em nove de Maio de 1950, o Ministro dos Negócios Estrangeiro francês Robert Schuman apresentou pela primeira vez ideias que conduziram à União Europeia, objetivando construção de um mercado comum em dois importantes ramos de produção (carvão e aço). Fundada pela Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo em Abril de 1951. Em 1956 foi dado um novo passo com as negociações para a criação da Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e da Comunidade Econômica Europeia (CEE).

O tratado de Roma foi assinado em março de 1957 originando a Comunidade econômica Europeia (CEE), formada por Holanda, França, Itália, Bélgica, Alemanha e Luxemburgo. A concretização destes Tratados sofreram percalços devido a sua natureza integradora, ou seja, de implicaram, num domínio específico, a transferência de soberania de cada Estado-membro para uma nova organização: a Comunidade. Esta novidade vai permear os tratados do Pós-Guerra e a razão do alheamento, e até mesmo desconfiança de outros países europeus.

Em 1973 aderiram à Irlanda, o Reino Unido e a Dinamarca. Em 1981 a Grécia se junta ao clube. Em 1986, temos a aderência de Portugal e Espanha.

O desaparecimento do sistema monetário de Bretton Woods, que pregava taxas de câmbio fixas entre as moedas deste sistema e a crise do petróleo em 1973 causou uma instabilidade geral que levou os Estados Membros a tentar estabelecer um acordo que lhes permitisse um mínimo de estabilidade e que pudesse conduzi-los a uma união monetária.

Em Dezembro de 1969, na Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos países da CE, realizado em Haia, decidiu-se pela evolução da Comunidade para de forma progressiva (em 10 anos), numa união económica e monetária. Ali também começaram as negociações sobre a ampliação da Comunidade e um acordo sobre o regime de finanças comunitárias.

O relatório Werner, elaborado por um comité de especialistas financeiros presididos pelo Primeiro Ministro das Finanças do Luxemburgo, Pierre Werner, possuía todos os elementos da futura União Económica e Monetária que se decidiria em Maastricht. Estruturava o estabelecimento da União Monetária em três etapas num prazo de 10 anos, da seguinte forma: Primeira fase: redução das margens de flutuação entre as moedas dos Estados Membros; segunda fase: total liberalização dos movimentos de capitais com a integração dos mercados financeiros e em particular dos sistemas bancários e terceira fase: fixação irrevogável das taxas de cambio entre as diferentes moedas.

Este relatório recomendava o estabelecimento de um centro de decisão para a política conjunta (taxas de juro, gestão das reservas, igualdade de cambio, etc.), e para a coordenação das políticas económicas, acima de tudo no que se referia ao orçamento e às modalidades de financiamento dos déficits. Iria-se procurar harmonizar as legislações fiscais nacionais e de concentrar-se nas políticas estruturais e regionais da comunidade. As previsões contidas no relatório de Werner viram-se interrompidas por um conjunto de problemas económicos surgidos a partir de 1971, destacando entre elas a não convertibilidade do dólar. Por isto os países europeus duvidaram dos planos para o UME estabelecidos no relatório, preservando certa ordem nos movimentos cambiais dentro da Europa, criando-se a Serpente Monetária em 1972, Sistema criado para manter uma margem de flutuação entre as divisas comunitárias mais limitada do que a existente. O resultado de uma nova situação internacional, em 21 de Março de 1972 o Conselho de Ministros da CEE decidiu manter uma margem de flutuação entre as divisas comunitárias (a serpente) mais estreitas em comparação com o que existia entre as várias moedas e o dólar. Como sabermos, o dólar servia de referência, ainda que menos, para as moedas europeias, que se valorizavam ou desvalorizavam em relação ao dólar.

Para garantir o funcionamento deste mecanismo da serpente e para ter controle sobre as situações de dívida ou de crédito dos bancos centrais, provocadas por intervenções que viravam a estabilidade das taxas de cambio, em Outubro de 1972 criou-se uma nova instituição, o Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM), o qual se pode considerar como a primeira intenção de criação de um órgão central bancário, que nunca chegou a ser corporizado, pois havia profundos desacordos na política económica entre países europeus, motivados pela crise do petróleo iniciada em 1973, o impacto que produziu a valorização do marco alemão em contraste com a debilidade do dólar e a numerosas saídas e entradas do mecanismo de estabilidade cambial.

Retomou-se a intenção de criar na Europa uma zona de estabilidade monetária, em 1978, reduzindo as flutuações entre as moedas dos diferentes países comunitários e dando origem o Sistema Monetário Europeu. Um sistema com os objetivos de estabilizar as taxas de cambio, reduzir a inflação e preparar a unificação monetária europeia.

O Sistema Monetário Europeu começou com uma Resolução do Conselho Europeu de cinco de Dezembro de 1978. Funcionando a partir de 13 de Março de 1979 em conformidade com o acordo celebrado no mesmo dia entre os bancos centrais dos países que faziam parte da comunidade. Tinha três objetivos fundamentais: estabilizar as taxas de cambio para corrigir a instabilidade existente, reduzir a inflação e preparar mediante a

cooperação a unificação monetária europeia.

O ECU: tratava-se de uma moeda composta (ou conjunto de moedas), formada por percentagens determinadas de cada uma das moedas participantes estabelecidas em função da contribuição do respectivo país ao PNB da Comunidade e às trocas comunitárias. O valor do conjunto calculava-se multiplicando o peso atribuído a cada moeda pela sua taxa de cambio em relação ao ECU. A moeda era utilizada concretamente para especificar o orçamento comunitário, não sendo moeda de curso legal. Servia de meio de pagamento e reserva dos bancos centrais. Um mecanismo de taxas de cambio e intervenção (MTC): é o núcleo básico do SME. O MTC estabelecia para cada uma das moedas uma taxa central de cambio do ECU, e taxas de cambio centrais ou paridades fixas de cada moeda em relação às restantes. Em torno do conjunto, formada por todas as taxas de cambio bilaterais, deviam estabilizar as diferentes taxas de cambio das moedas participantes, estando os bancos centrais comprometidos a intervir para tentar manter os seus moedas sempre dentro das margens de flutuação estabelecida.

O Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM): criado em Outubro de 1972 e cujas principais funções eram: facilitar as intervenções nos mercados de divisas, efetuar as liquidações entre os bancos centrais e fazer a gestão das concessões de crédito de curto prazo associadas ao SME.

O AUE reforçou os poderes da comunidade pela criação de novas competências, consagrou a cooperação no âmbito da política externa e reforçou também os poderes do Parlamento Europeu ao submeter a sua orientação a conclusão dos acordos de ampliação e de associação da Comunidade, foi assinada em 17 de Fevereiro de 1986 e entrou em vigor a um de Julho de 1987. Ela foi à primeira modificação substancial do Tratado de Roma, foi mais um passo no processo de consecução do UME e nele se estabelecia que: a comunidade adotará medidas de encaminhamento do processo de estabelecimento do mercado único durante um período que terminará em 31 de Dezembro de 1992, ou seja, uma zona sem fronteiras em que o livre movimento de bens, pessoas, serviços e capital. Isto foi concretizado por 282 medidas, e o objetivo alcançado no prazo previsto, fazendo assim do mercado comum uma realidade.

Os procedimentos decisivos agilizaram-se mediante o uso mais frequente do sistema de decisões por maioria absoluta, o qual: substituiu a regra da unanimidade em quatro áreas: livre prestação de serviços, livre circulação de capitais, política comum de transportes marítimos e aéreos e modificação do expediente aduaneiro comum e foi

estabelecido que para novas áreas, tal como o mercado interno, o meio ambiente, iria se procurar a coesão económica e social, a investigação e o desenvolvimento tecnológico e a política social. O AUE reforçou os poderes da comunidade pela criação de novos direitos, consagrou a cooperação no âmbito da política externa e reforçou também os poderes do parlamento Europeu ao submeter à sua orientação os acordos de ampliação e de associação da Comunidade.

O Conselho Europeu de Hannover de Junho de 1988 recordou que "ao adotar o AUE, os Estados Membros confirmaram o objetivo de realização progressiva da união económica e monetária" e decidiu a formação de um comité, que presidido por Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia ao tempo, e formado por Frans Andriessen, vice-presidente da Comissão, por governadores dos bancos centrais dos estados membros da então CEE e por três peritos independentes, que estudaram e propuseram as etapas concretas que deviam levar à dita união.

Em Abril de 1989 o Relatório Delors previa a realização de um UME em três fases cujos objetivos eram: reforçar a cooperação entre os bancos centrais. Criar um Sistema Europeu de Bancos Centrais. Conseguir uma transferência progressiva do poder de decisão em matéria política monetária das instituições supranacionais e finalmente fixar de forma irrevogável durante a terceira fase das paridades das moedas nacionais, as quais acabariam sendo substituídas pela moeda única europeia.

O Conselho Europeu de Madrid, realizado em 1989 decidiu pôr em prática a primeira dessas fases em um de Julho de 1990, data em que se produziria a total liberalização dos movimentos de capitais na Comunidade. Assim mesmo, em Dezembro, o Conselho Europeu convocou uma conferência intergovernamental que devia realizar as modificações necessárias do Tratado de Roma para a UEM.

O tratado Maastricht foi assinado em 1992 e continha as linhas gerais estabelecido pelo plano Delors modificando em alguns aspectos. Os seus objetivos em torno da UME eram: estabelecer um calendário preciso para levar a cabo uma UME dividida em três fases, definir as instituições que fariam a gestão da política monetária e estabelecer os requisitos da disciplina económica (os critérios de convergência) que deveriam cumprir os países que desejassem integrar a união monetária.

Podemos ver diferenças entre este tratado e o Plano Werner, pois este Plano carecia de condições de entrada baseadas nos cumprimento dos critérios de convergência tal como estabelece Maastricht. Outro aspecto é o fato de que nos momentos de criação de ambas

as propostas, o grau de integração das economias europeias era totalmente devido à existência no momento do Tratado de Maastricht de um mercado único em funcionamento, o qual favorecia o culminar da UME na unificação da moeda.

Nos dias 15 e 16 de Dezembro de 1995, realizou-se a reunião do Conselho Europeu de Madrid onde se adotaram decisões relevantes sobre:

Emprego: sua criação considera-se como objetivo social, económico e político principal da UE e dos seus Estados Membros, devendo fazer-se todo o possível no âmbito europeu para conseguir reduzir os índices de desemprego que muitos países da união apresentam.

Moeda única: foi estabelecido que em um de Janeiro de 1999 começasse-se a terceira fase da União Monetária Europeia, denominando de Euro a moeda única que se utilizaria a partir da dita data. O Euro é o nome da moeda única que desde o dia 1 de Janeiro de 2002 circulará nos doze países que na atualidade formam parte da chamada área ou zona euro. A sua denominação foi adotada por proposta da Alemanha, no Conselho Europeu celebrado em Madrid em Dezembro de 1995, já que se julgou conveniente substituir a expressão ECU (Unidade Corrente Europeia) por outra que fosse de fácil pronúncia em todos os idiomas da UE.

O Euro tem o seu próprio estatuto jurídico, o seu marco regulador, composto por dois Regulamentos do Conselho da UE. O Primeiro deles, aprovado em 17 de Junho de 1997 em vigor desde o dia 19 do mesmo mês, reconhecendo essencialmente os seguintes aspectos em torno do euro:

1. Denominação: 1 euro = 100 centos.
2. Conversão euro - ecu: 1 ecu = 1 euro
3. Tipos de conversão de seis números.
4. Regras de arredondamento

A 1 de Janeiro de 1999, entra em vigor o segundo regulamento, que encarregou - se das questões em torno do euro que não puderam regular-se até que se decidisse que países formariam a UME. Assim, abordaram-se temas como: a coexistência no período transitório das moedas nacionais e o euro, assim como o princípio de " não obrigatório, não proibido" durante o mesmo; a substituição das moedas nacionais pelo euro e sua implementação como moeda única e a continuidade da denominação monetária dos contratos.

Em 29 de Março de 1996 uma conferência Intergovernamental estabeleceu as condições políticas e institucionais de que a UE necessitaria para uma futura ampliação.

Em Junho de 1997, foi aprovado pelo conselho Europeu de Amsterdã o Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Tratado de Amsterdã alterou o TUE, os Tratados constitutivos das Comunidades Europeias e outros atos conexos, dando uma dimensão social à UME com um novo Título acerca do emprego. Aspectos gerais da reforma foram os seguintes: fomento da política da proteção do meio ambiente, proteção contra práticas concertadas entre estados membros que constituem discriminação ou restrição ao comércio intracomunitário, novas políticas sobre emprego e mercado de trabalho, funções de controle do BCE, disposições acerca do papel do Instituto Monetário Europeu (IME), reforma do articulado sobre o Tribunal Europeu de Contas, novas medidas sobre vistos, asilo e imigração, definição de uma política externa e de segurança comum, modificações de disposições em torno da cooperação aduaneira, policial e judicial em matéria penal e estabelece-se a Carta Social Europeia com novas políticas para o desenvolvimento social europeu.

Foram adotados também elementos fundamentais do novo mecanismo de taxas de cambio para regular as relações entre o euro e as moedas dos Estados da União que não participaram da UME. O Conselho Europeu de Bruxelas de 1998 estabeleceu-se como objetivos: a avaliação do cumprimento dos critérios de convergência, a determinação dos países que desde 1 de Janeiro de 1999 fariam parte de UME (Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Áustria, Holanda, Portugal e Finlândia), o anúncio das taxas de conversão bilateral entre as moedas dos países que acederiam à terceira fase da UME, a criação do BCE e o estabelecimento do SEBS, integrado pelo BCE e pelos bancos centrais dos países que adotaram o euro.

Foi chamado de convergência o alto grau de homogeneização das economias da UME, visando o crescimento destes países de forma sustentável. O TCE estabelece que a integração da 3ª fase da UME dependia do cumprimento dos critérios de convergência nominal, legal e da própria vontade dos países. Em relação a este ponto, no TCE incluía-se a denominada cláusula em exclusão, pelo que certos países podiam sair da UME se assim decidissem apesar de cumprir os critérios de convergência.

Os critérios de convergência nominal são os seguintes:

- Inflação: a taxa de inflação deve ser inferior ou igual a 1.5% sobre a média dos três Estados Membros que tenham melhor comportamento em matéria de preços.
- Taxas de Juro: os países pretendem aceder ao euro devem ter uma taxa de juro média nominal em longo prazo inferior ou igual a 2 pontos sobre a média em longo prazo

dos três Estados Membros de menor inflação.

- Déficit público: o déficit público não poderá exceder os 3% do seu Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado.
- Dívida pública: os países aspirantes devem ajustar a sua dívida pública para que não seja superior a 60% do seu PIB. Se não for assim, podem-se abrir exceções para os países que tenham uma dívida decrescente e que se aproximem a um ritmo adequado à percentagem estabelecida.
- Taxas de câmbio: as diferentes moedas dos países que aderem ao euro deverão permanecer pelo menos durante dois anos antes da sua admissão, dentro dos limites de flutuação normais do SME.

Todas as variáveis servem para expressar de forma suficiente o grau de homogeneização das economias, apesar de que o seu cumprimento dentro das margens estabelecidas não implica que haja uma convergência real, deve refletir-se através das taxas de desemprego, rendimento per capita, despesas públicas, etc.

Entende-se por convergência legal a adaptação das legislações nacionais e dos Estatutos dos Bancos centrais dos países membros da UE de forma que sejam compatíveis com o estatuto do SEBC. A Convergência real seria a relativa à equiparação dos níveis de vida, o que a Comissão chama de "coesão económica e social". As suas variáveis seriam a taxa de desemprego, a estrutura da balança de pagamentos, o rendimento per capita e a despesa pública. Todas elas necessitam para a sua equiparação muito mais tempo do que as variáveis nominais, cujo cumprimento afeta de forma benéfica as reais, de forma que com a implantação do euro e a existência de uma política monetária comum na União, os níveis de rendimento devem-se ir igualando.

Fonte: (<http://web.dip-badajoz.es/eurolocal/pttxt/emu/antecedentes.htm>).

2.3.2 A Zona do Euro

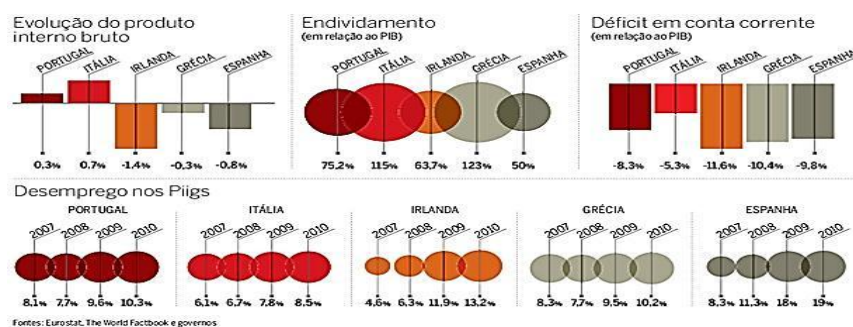
A Zona Euro ou oficialmente Área do Euro, também conhecida como Eurozona, Euro-Área ou ainda Eurolândia, é uma união monetária dentro da União Europeia, na qual alguns países adotaram oficialmente o euro como moeda comum. A zona do Euro é constituída por 17 membros dentro da União Europeia e mais 9 fora dela. A entidade máxima que regula

toda a política monetária (incluindo a gestão da taxa de juros Euribor) é o Banco Central Europeu, sediado em Frankfurt, na Alemanha. Ela é a maior economia do mundo, segundo estimativas da CIA (central de inteligência americana) em um relatório de 2009 e conta com uma população de mais de 320 milhões de pessoas. Compõem a Zona do euro: Alemanha, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Espanha Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, - Países Baixos [Holanda], Portugal. São 10 os estados-membros que não fazem parte da zona euro; República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Bulgária, Roménia, Suécia, Dinamarca e Reino Unido. Estes dois últimos por opção. Os outros oito por não cumprirem ainda as condições necessárias.

Na Zona do euro, há cinco países (entre os 17) gravemente ameaçados de colapso fiscal e financeiro. A situação mais grave é a da Grécia. Mas há os outros quatro do grupo que o jornal inglês Financial Times, em 2008, chamou, preconceituosamente, de PIGS acróstico que lembra um animal que adora viver na lama (PIG, porco, em inglês). São eles: Portugal, Itália, Grécia e Espanha (Spain), mais tarde ampliadas para PIIGS, com a incorporação da Irlanda, que também está lambuzada e vai mal das pernas. Não apenas os PIIGS estão mal das pernas, a maioria dos países ou não cumpre déficit público de no máximo 3% ou não cumpre com o teto de 60% do PIB quanto à dívida, ou pior, está em falta com os dois requisitos.

As previsões para melhora na situação dos PIIGS não são nada animadoras, pois mesmo que eles consigam alguma recuperação do PIB, isto não será sustentável, sobretudo pelo alto desemprego, que impede o consumo da produção. Pode-se ter uma noção da gravidade destas economias e a pouca esperança de melhoras olhando a figura 8, retirada do Valor econômico agosto 2010, abaixo:

Figura 8 Situação dos PIIGS



Fonte: Eurostat-Valor Econômico 2010

Os maiores problemas para encontrar uma solução por cada país residem no fato da total falta de liberdade deles fazerem reformas fiscais e monetárias. Eles não podem, por exemplo, desvalorizar a moeda e assim reduzir o tamanho das dívidas e tão pouco pode mexer na taxa de juros, que são comuns aos países membros da União europeia. Se estas medidas forem permitidas, pode significar o fim da integração e, por conseguinte, o fim do Euro. Os membros da zona do euro precisam implementar rapidamente reformas voltadas para fortalecer a capacidade da Linha de Estabilidade Financeira Europeia (EFSF, na sigla em inglês), a fim de abrandar os temores dos investidores sobre a sustentabilidade das políticas iscais na região e evitar que a atual crise da dívida soberana saia de controle, afirmou o Fundo Monetário Internacional (FMI) nesta terça-feira”. (Gabriel Bueno, da Agência Estada, 20/09/2011). Em outubro de 2011, existe uma grave ameaça para a União europeia, que a discussão no parlamento britânico a saída do Reino Unido da União Europeia, o que seria um grande golpe político nas pretensões da continuidade da União. Está a Inglaterra tentando se proteger das nuvens negras que estacionaram sobre a Europa, procurando assim fugir dos graves efeitos da crise instalada por seus vizinhos.

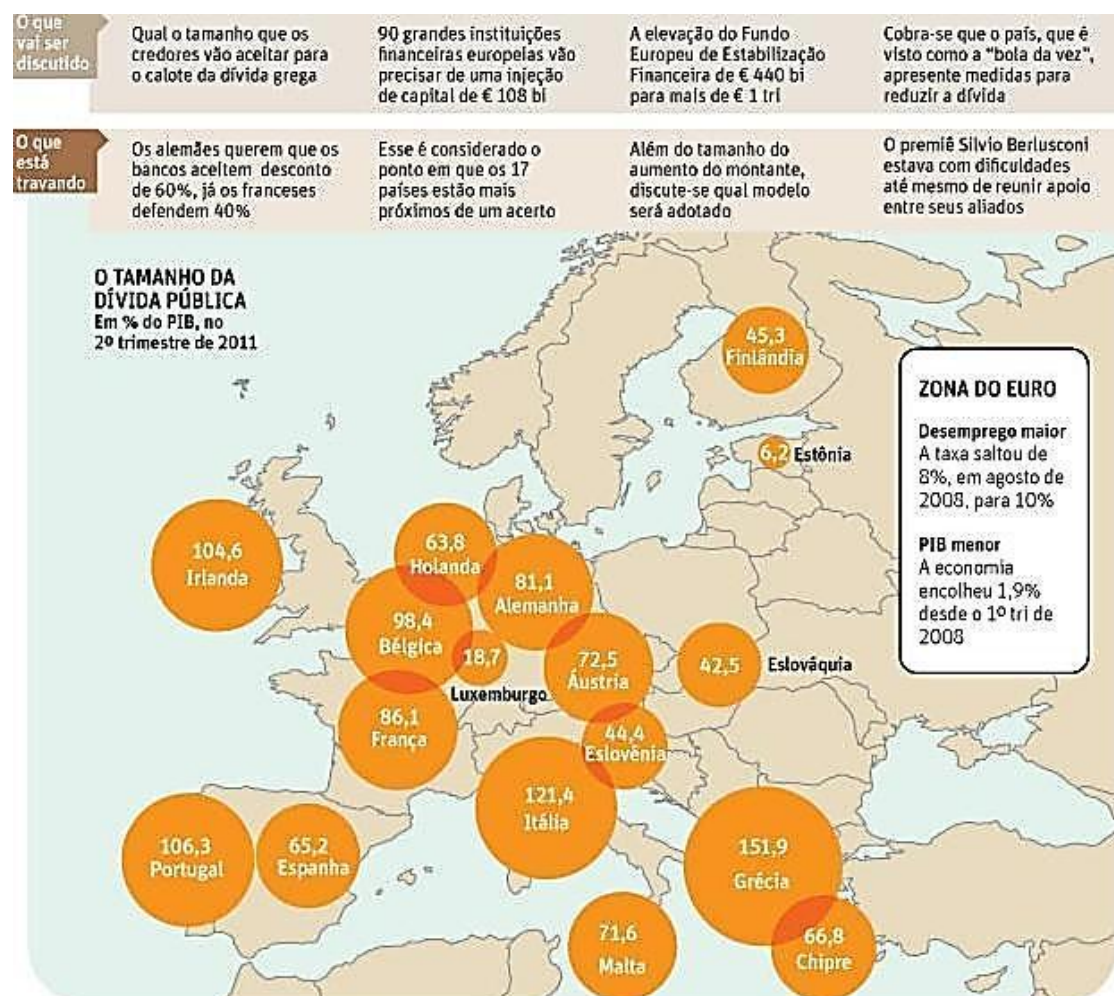
Em outubro de 2011 em Bruxelas os líderes europeus chegaram a um acordo para reduzir a dívida da Grécia procurando um acordo sobre o que eles haviam chamado de um pacote demolidor, com o objetivo de conter a crise da dívida na Europa. O projeto de reestruturação é composto de três pontos principais, planejados para restaurar a confiança do mercado e evitar o contágio da crise para outros países da zona do euro: aprovação de um segundo pacote de resgate à Grécia, que estará dotado de 130 bilhões de euros e será acompanhada pelo perdão de 50% da dívida contraída junto a bancos privados, a reconfiguração do atual Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), um instrumento dotado de 440 bilhões de euros, mas que até agora demonstrou pouca efetividade para solucionar a crise, recapitalização dos bancos europeus, que receberam o pedido para formar “costas mais largas” a fim de suportar o impacto da crise grega sem perigo de desmoronar.

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, disse depois da maratona de negociações que os líderes chegaram a um acordo com os bancos privados sobre uma redução "voluntária" de 50% na dívida grega em poder dos investidores privados (ou seja, um calote disfarçado de acordo), ele afirmou que os líderes haviam acertado expandir o poder de fogo da Linha de Estabilidade Financeira Europeia (EFSF, na sigla em inglês) em quatro a cinco vezes, sugerindo que esse fundo poderia fornecer garantias para entre 800 bilhões a 1,3 trilhão(atualmente de 440 bilhões de euro) de bônus emitidos por países como Espanha e

Itália. Os líderes concordaram com um plano que reforçará os colchões de capital dos mais enfraquecidos entre os 70 maiores bancos do continente, em 106 bilhões (US\$ 147 bilhões) mesmo que não tenha sido divulgado de onde virá o dinheiro, tudo isto de acordo com o jornal Dow Jones. Com este acordo, a dívida grega sofrerá uma redução de 100 bilhões de euros, diminuindo o endividamento do país para 120% (que hoje é de 145%) do PIB até 2020. Os governos da zona do euro também concordaram em fornecer uma garantia de 30 bilhões de euros em garantias de créditos aos bancos. Isso é mais agressivo do que o desconto de 21% acertado em julho, medida que na época foi saudada com entusiasmo, mas que depois se mostrou insuficiente. O chanceler alemão Angela Merkel comentou: “nós fechamos um acordo sobre” um pacote abrangente que consiste em cinco elementos: esforços a serem feitos pelos Estados-membros para colocar seus orçamentos em ordem, uma solução sustentável para a Grécia, o aperfeiçoamento do fundo de resgate da zona do euro, a recapitalização bancária e, finalmente, o fortalecimento do regime de estabilidade da moeda do bloco.

De acordo com a Folha de São Paulo (2011) o primeiro-ministro grego, George Papandreou, afirmou após o término da reunião que a "Grécia entraria em colapso" se o acordo não fosse alcançado com seus credores privados para perdoar parte da dívida e que com o pacote de ajuda, a economia do país voltará a ter liquidez. "Chegou um novo dia para a Grécia. Esperemos que também seja um novo dia para a Europa e que o pior já tenha passado". O mais engraçado, é que de novo o Estado irá recuperar os bancos e depois irá devolvê-los ao setor privado, como afirmou o premiê grego no mesmo dia: "Se o setor privado puder recapitalizar os bancos, eles farão isso; porém, se eles não conseguirem isso significa que será necessária a intervenção do setor público. Isso significa uma passagem temporária da propriedade para o Estado. Após a reestruturação, os bancos serão vendidos de volta para o setor privado", disse Papandreou, ao destacar que os detalhes do novo pacote serão discutidos e divulgados ao longo das próximas semanas. A figura 9 que foi publicado na Folha de São Paulo, outubro de 2011, logo após a divulgação do plano de reestruturação dá uma visão resumida da questão:

Figura 9 Acordo da dívida grega



Fonte: folha de São Paulo 2011

A tempestade não passou, pois os bancos internacionais rejeitaram esta quarta-feira qualquer acordo sobre a reestruturação da dívida soberana grega, disse o presidente do Instituto Financeiro Internacional (IFI), que representa os bancos nas negociações em Bruxelas. "Não houve qualquer acordo relativo à Grécia, nem quanto a qualquer reestruturação", disse em comunicado Charles Dallara, presidente do IIF. "Mantemo-nos abertos ao diálogo tendo em vista um acordo voluntário. Não há nenhum acordo quanto a qualquer elemento do plano", acrescentou Charles Dallara. O jornal argentino "La Nación", que não tem nada a ver com a Europa, mostrou o impacto direto que um calote da dívida grega teria no sistema financeiro das maiores economias do Velho Mundo, 66,5% da dívida grega

estão nas mãos de bancos da França e da Alemanha. Outros 9,6% estão com o Reino Unido.

A União Europeia obrigará os 70 maiores bancos europeus a alcançarem antes de julho de 2012 um capital de máxima qualidade (“core capital”) de 9%, o que os obrigará a obterem recursos no total de 106 bilhões de euros. O pior cenário ficará a cargo dos cinco grandes bancos espanhóis, Santander, BBVA, Popular, Caixabank e Bankia, com necessidade de capitalização de 26 bilhões de euros, o que poderá prejudicar ainda mais a já combalida economia espanhola. Outro agravante é convencer os mercenários do sistema financeiros tão acostumados a lucro fácil a aceitar o acordo, pois em geral, os bancos que estiverem envolvidos em processo de recapitalização não poderão repartir lucro via dividendos ou bônus para seus funcionários até que cumpram os objetivos requeridos.

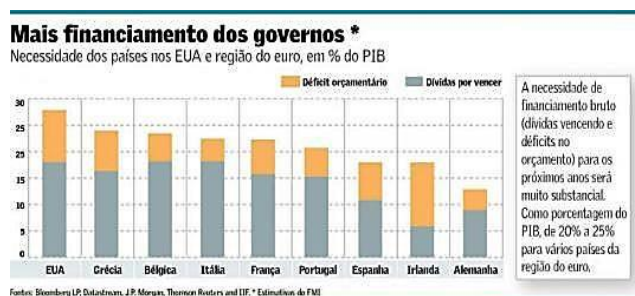
3 Dívidas dos PIIGS.

Faremos aqui um relato sobre a crise nos países, chamados grosseiramente e preconceituosamente de PIIGS.

A crise da dívida pública da zona do Euro foi deflagrada por uma série de acontecimentos, que nos primeiros meses de 2010, afetaram 16 países que tem o euro como moeda comum, causando uma crise de confiança sem registro na história, com ataques especulativos aos títulos públicos, turbulência nos mercados financeiros e nas bolsas de valores e queda na cotação do euro, gerando um contexto de incerteza e dificuldade para chegar a um consenso.

Bancos comerciais internacionais projetam necessidade substancial de financiamento na Europa, para cobrir déficit e dívidas a vencer, podendo representar de 20% a 25% do PIB de certos países da zona do Euro nos próximos anos. Somente a Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal precisarão levantar € 300 bilhões este ano, enquanto a relação dívida/PIB crescerá 13%, 8%, 7% e 10% respectivamente em 2012, situação ilustrada na figura 10 abaixo, retirada da folha de São Paulo, março 2010:

Figura 10 Financiamento dos governos



Fonte: folha de São Paulo 2010

Os 27 países membros, na Europa, não conseguiram ainda completar o mecanismo permanente para lidar com os riscos da dívida soberana, que será dotado de capital próprio de 700 bilhões de euros. Somente a partir de 2013 é que o novo mecanismo funcionará. No momento, o fragilizado setor bancário da periferia europeia, aumenta sua exposição aos títulos

dos governos, dificultando ainda mais sua própria situação. Em resumo, enquanto os governos precisam maciçamente de dinheiro para 2011, o risco persiste sobre o balanço bancário, com concentração dos papéis do governo aumentando sua vulnerabilidade .

Outro sério problema é o agravamento do balanço da conta corrente destes países, onde a situação se complicou principalmente na Grécia que dobrou o déficit, a Irlanda que o multiplicou por 7 e a Itália que multiplicou seu déficit por 30, passando de -0,1% para -3% do PIB, em 7 anos, conforme ilustra o quadro 4 abaixo:

Quadro 4 Balanço de conta corrente % do PIB

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Grécia	-7,3	-6,8	-6,6	-5,9	-7,4	-11,3	-14,5	-14,5
Irlanda	-0,7	-0,9	0	-0,6	-3,5	-3,5	-5,5	-5,3
Itália	-0,1	-0,8	-1,3	-0,9	-1,7	-2,6	-2,4	-3
Port.	-9,9	-8,1	-6,1	-7,6	-9,5	-10	-9,4	-12,1
Esp.	-3,9	-3,3	-3,5	-5,3	-7,4	-9	-10	-9,6

Fonte: Factbook 2010 OCDE

Outro dado preocupante é o saldo das administrações públicas financeiras, que vem sendo, em sua maioria, negativo ao longo dos anos, sobretudo após 2007, com maior preocupação na Irlanda, situação ilustrada no quadro 5 abaixo:

Quadro 5 Saldo das administrações públicas financeiras\Excedente (+) ou déficit (-) em percentagem do PIB nominal

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Grécia	-3,7	-4,4	-4,8	-5,7	-7,4	-5,3	-6,0	-6,7	-9,8	-15,6	-10,4
Irlanda	4,8	1,0	-0,3	0,4	1,4	1,6	2,9	0,1	-7,3	-14,3	-32,0
Itália	-0,9	-3,1	-3,0	-3,5	-3,6	-4,4	-3,3	-1,5	-2,7	-5,3	-4,0
Port.	-2,9	-4,3	-2,9	-3,1	-3,4	-5,9	-4,1	-3,2	-3,6	-10,1	-9,2
Esp.	-1,0	-0,7	-0,5	-0,2	-0,4	1,0	2,0	1,9	-4,2	-11,1	-9,2
Euro	-0,1	-1,9	-2,6	-3,1	-3,0	-2,6	-1,4	-0,7	-2,1	-6,3	-6,0

Fonte: Banco de dados do Economic Outlook da OCDE, No. 89.

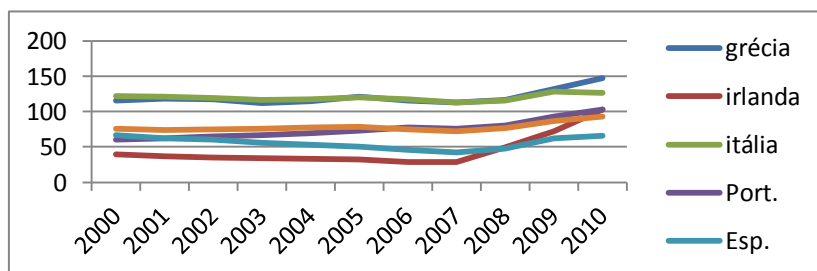
O enorme endividamento público é com certeza o dado que mais salta aos olhos. A EU terá que queimar alguns trilhões de euros para resolver a situação financeira de alguns países e estes deverá fazer um ajuste fiscal mais duro ainda, sacrificando com certeza à população, em detrimento a resolução de problemas bancários da Europa. A tabela e o gráfico abaixo dão a exata noção do problema que enfrenta a União Europeia; problema esse que se estenderá por muitos anos, como atestam o quadro 6, o gráfico 2 e a figura 11:

Quadro 6 Dívida pública públicas,% do PIB nominal.

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Grécia	115,3	118,1	117,5	112,3	114,8	121,2	115,6	112,9	116,1	131,6	147,3
Irlanda	39,4	36,9	35,2	34,1	32,8	32,6	28,8	28,8	49,6	71,6	102,4
Itália	121,6	120,8	119,4	116,8	117,3	120	117,4	112,8	115,2	127,8	126,8
Port.	60,2	61,7	65	66,8	69,3	72,8	77,6	75,4	80,6	93,1	103,1
Esp.	66,5	61,9	60,3	55,3	53,4	50,4	45,9	42,1	47,4	62,3	66,1
Euro	75,8	74,3	75,2	75,9	77,1	78,1	74,5	71,6	76,5	86,9	92,7

Fonte: Banco de dados do Economic Outlook da OCDE, No. 89.

Gráfico 2 Dívida pública públicas,% do PIB nominal



Fonte: Banco de dados do Economic Outlook da OCDE, No. 89.

Figura 11 Rombos soberanos

ROMBOS SOBERANOS				
Em percentagem do PIB				
	Déficit Público		Dívida Líquida	
	2010	2011	2010	2011
Alemanha	5,3	4,6	54,7	58,1
Espanha	8,5	7,7	41,6	48,9
E.U.A	10,7	9,4	65,2	72,2
França	8,6	8,0	60,7	67,3
Grécia	9,8	10,0	94,6	101,2
Irlanda	12,2	11,6	38,0	49,0
Itália	5,4	5,1	100,8	103,4
Japão	8,2	9,4	104,6	112,7
Portugal	7,6	7,8	62,6	68,8
Reino Unido	13,3	12,5	59,0	69,9

FONTE: PROJEÇÕES OCDE

Fonte: OCDE

Com o agravamento da crise, as medidas governamentais de provimento de liquidez e de capital aos bancos com grande exposição nos devedores, transferiram o estoque privado para dívida pública. A figura 12 abaixo, elaborada pelo economista Jaques Sapir, publicada no Valor Econômico, março 2011 exprime a dureza do ajustamento fiscal exigido para estabilizar as dívidas dos governos europeus:

Figura 12 Choque fiscal

Choque fiscal necessário para estabilizar a dívida de € 4 trilhões

Dados ao fim de 2010 - em % do PIB

Países	Dívida	Déficit	Ajuste*	■ Exposição dos bancos europeus - Em junho de 2010	
Alemanha	77	-4,2%	-1,9%	■ Espanha Dívida total: €656,6 bilhões Principais credores: Alemanha (27,7%), França (24,7%) e Reino Unido (16,9%)	■ Portugal Dívida total: €205,6 bilhões Principais credores: Espanha (38,1%), França 20,4%) e Alemanha (18,1%)
Bélgica	102	-4,9%	-1,6%		
França	85	-7,6%	-1,1%		
Itália	118	-5,1%	-0,1%		
Espanha	66	-9,3%	1,1%	■ Irlanda Dívida total: €502,6 bilhões Principais credores: Reino Unido (29,5%) Alemanha (27,6%) e Bélgica (10,7%)	■ Bélgica Dívida total: €464,6 bilhões Principais credores: França (54,5%), Holanda (23,4%) e Alemanha (7,6%)
Portugal	86	-7,3%	2,7%		
Irlanda	78	-17,7%	2,2%		
Grécia	124	-7,9%	12,0%		
Grécia com FMI	124	-7,9%	6,3%		

Fonte: Jaques Sapir e Financial Times a partir de dados do BIS. * Déficit (-) ou excedente (+)

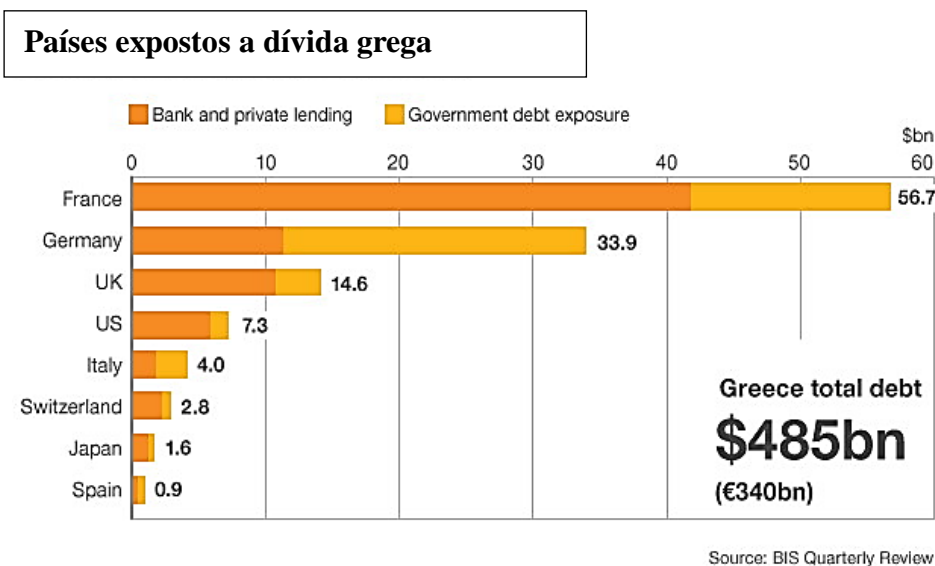
Fonte: Valor Econômico 2011

O problema da dívida grega começou a alastrar aos restantes países dos PIIGS e obrigou à tomada de medidas que inicialmente estavam completamente fora de questão. A Europa tentou primeira, sossegar os mercados apenas com palavras, mas com o agravar da situação teve que ir alargando progressivamente a intervenção até chegar a um megapacote de 750 bilhões de euros.

Porque que um país que representa apenas 2% da economia da zona euro e 2,6% da União Europeia provoca tantos estragos? A principal razão é o risco de contágio aos PIIGS, não apenas pelo fato de os investidores internacionais os meterem todos no mesmo saco, mas também pelas fortes ligações financeiras entre estas economias. E aí a encrenca se completa, pois os PIIGS juntos representam 35% da zona do euro. E nisto reside o medo da comunidade europeia e mundial. Está se formando uma enorme crise que se não for controlada a tempo, poderá decretar o fim do euro, causando um colapso na economia mundial. O setor financeiro é o meio de transmissão mais eficaz da turbulência financeira. Foi assim que a crise do (crédito hipotecário de alto risco), dos Estados Unidos, contagiou rapidamente a Europa.

“Os bancos europeus detêm cerca de 70% da dívida no exterior dos setores públicos de Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha, alerta em relatório divulgado ontem pelo BIS (Banco para Compensações Internacionais, o BC dos BCs). O caso mais grave é o de Portugal, onde o percentual da dívida nas mãos de bancos europeus é de 84%. Para os títulos da Grécia, país onde o problema é mais iminente, o percentual é de 73%.

Figura 13 Exposição a dívida grega



Fonte : BIS quarterly review

No fim de setembro, segundo o relatório, os principais bancos da zona do euro eram credores de 60% dos empréstimos feitos em toda a região, ou US\$ 1,2 trilhão. E a proporção de sua participação era muito maior nos países periféricos em crise do que, por exemplo, da Alemanha (46%) ou da França (32%).

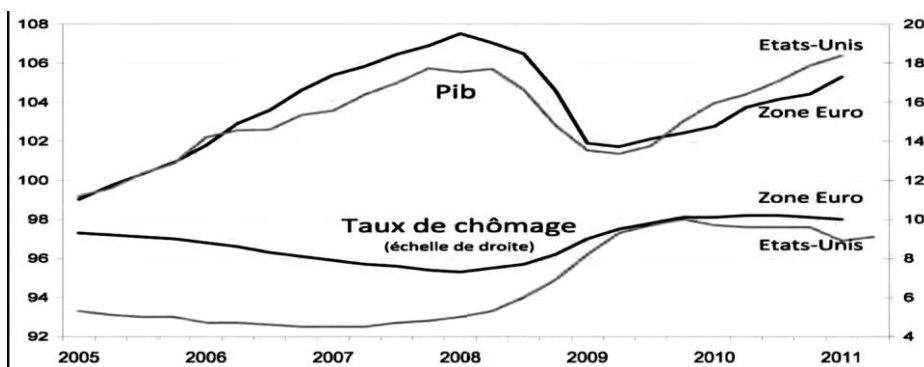
O quadro serve de subsídio às expectativas de que não só os governos da região, mas também os grandes bancos ajudem a Grécia. “O país deve anunciar uma nova emissão de títulos nesta semana, aproveitando que as taxas sobre seus papéis cederam um pouco após o anúncio de um pacote fiscal por Atenas e a promessa renovada de mais medidas austeras.” (Fonte-gazeta do povo).

Os bancos europeus detinham, no fim de 2010, ao menos 744 bilhões de euros em títulos de dívida dos países considerados atualmente “high spreads” (alto risco) pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) — Grécia, Itália, Espanha, Portugal, Bélgica e Irlanda. 70% do total estariam relacionados às dívidas soberanas da Itália e Espanha. A Grécia participaria com 13% do total das dívidas soberanas desses países e Portugal e Irlanda seriam bem menores,

proporcionalmente. Os bancos estariam mais expostos à dívida de seus próprios governos. Os bancos gregos, por exemplo, concentram 52% da dívida soberana da Grécia, os bancos italianos, 44% da grande dívida italiana, e os espanhóis estão com 78% da dívida soberana da Espanha. Os bancos alemães e franceses, dado seu maior porte e sua estreita relação com esses países, também teriam destaque na exposição a essas dívidas. Os bancos ingleses, por sua vez, ainda que bastante representativos, teriam exposição pequena, por não fazerem parte da zona do euro. (fonte o valor)

A questão do desemprego, em uma espiral crescente ao longo dos anos, está estrangulando a situação social da Europa, países como a Espanha e a Irlanda caminham, juntamente com a Grécia para uma situação de degradação social num curto espaço de tempo. Na Espanha a situação é mais grave, pois o desemprego se concentra em sua maioria sobre a população jovem, cerca de 40% dos desempregados estão na faixa dos 15 aos 24 anos. Observe o desemprego nos PIIGS nas tabelas e nos gráficos 3,4 e 5 e os quadros 7 e 8 a seguir:

Gráfico 3 Crescimento e desemprego na Europa e os EUA

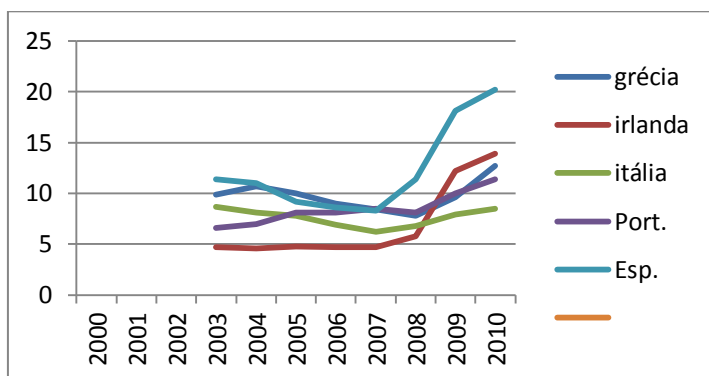


Fonte: OCDE (disponível em <http://hussonet.free.fr/h8probou.pdf>)

Quadro 7 Taxa de desemprego % Da força de trabalho total

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Grécia	9,9	10,7	10,0	9,0	8,4	7,8	9,6	12,7
Irlanda	4,7	4,6	4,8	4,7	4,7	5,8	12,2	13,9
Itália	8,7	8,1	7,8	6,9	6,2	6,8	7,9	8,5
Port.	6,6	7,0	8,1	8,1	8,5	8,1	10,0	11,4
Esp.	11,4	11,0	9,2	8,6	8,3	11,4	18,1	20,2

Fonte: Estatísticas do Mercado de Trabalho: Os dados sobre força de trabalho, indicadores de sexo e idade, da OCDE sobre Estatísticas.

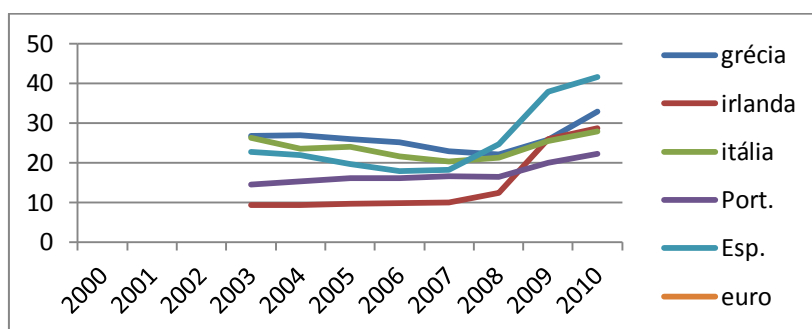
Gráfico 4 Taxa de desemprego % Da força de trabalho total

Fonte: Estatísticas do Mercado de Trabalho: Os dados sobre força de trabalho, indicadores de sexo e idade, da OCDE sobre Estatísticas emprego e mercado de trabalho (banco de dados)

Tabela 8 Taxa de desemprego de jovens % Da força de trabalho de jovens (15-24)

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Grécia	26,8	26,9	26	25,2	22,9	22,1	25,8	32,9
Irlanda	9,4	9,3	9,7	9,8	10,0	12,5	25,9	28,7
Itália	26,3	23,5	24	21,6	20,3	21,3	25,4	27,9
Port.	14,5	15,3	16,1	16,2	16,6	16,4	20	22,3
Esp.	22,7	22	19,7	17,9	18,2	24,6	37,9	41,6

Fonte: Estatísticas do Mercado de Trabalho: Os dados sobre força de trabalho, indicadores de sexo e idade, da OCDE sobre Estatísticas emprego e mercado de trabalho (banco de dados).

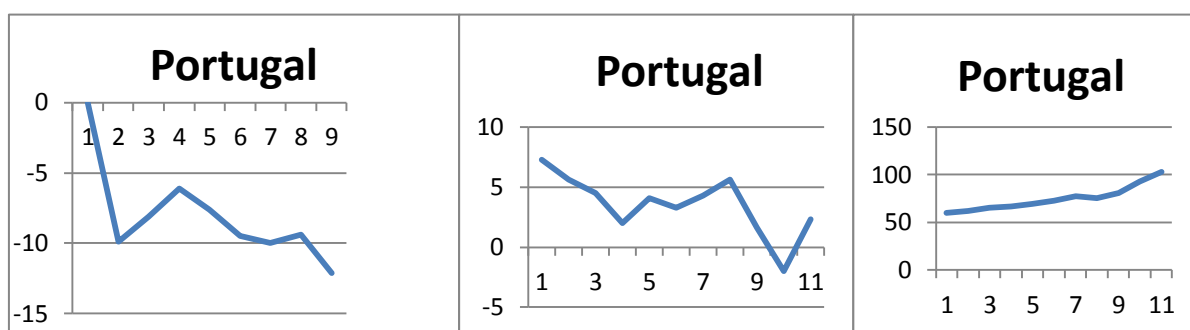
Gráfico 5 Taxa de desemprego de jovens % Da força de trabalho de jovens (15-24)

Fonte: Estatísticas do Mercado de Trabalho: Os dados sobre força de trabalho, indicadores de sexo e idade, da OCDE sobre Estatísticas emprego e mercado de trabalho (banco de dados).

3.1 PORTUGAL

O país já estava em dificuldade antes da crise de 2008 e com esta sua dívida pública cresceu além dos 70% do PIB. Portugal sentiu fortemente a crise da Grécia, da qual guarda grandes semelhanças (dívida e déficit públicos elevados, por exemplo). Portugal possui, acima de tudo, uma crise de confiança. As medidas tomadas para combater a crise, foram totalmente impopulares, atingindo as pessoas com rendas mais baixas redução do déficit orçamentário para 4,6% do PIB em 2011, aumentando imposto sobre o valor agregado; congelamento das aposentadorias, redução de salário de servidores públicos e revisão de gastos sociais, saúde, educação e moradia. O gráfico 6 abaixo dá a dimensão dos problemas que Portugal enfrenta; são problemas difíceis de serem superados num curto espaço, muito pelo contrário, temos uma possibilidade de agravamento da situação econômica e social portuguesa:

Gráfico 6 Balanço da conta corrente\ Variação do PIB \ Dívida pública



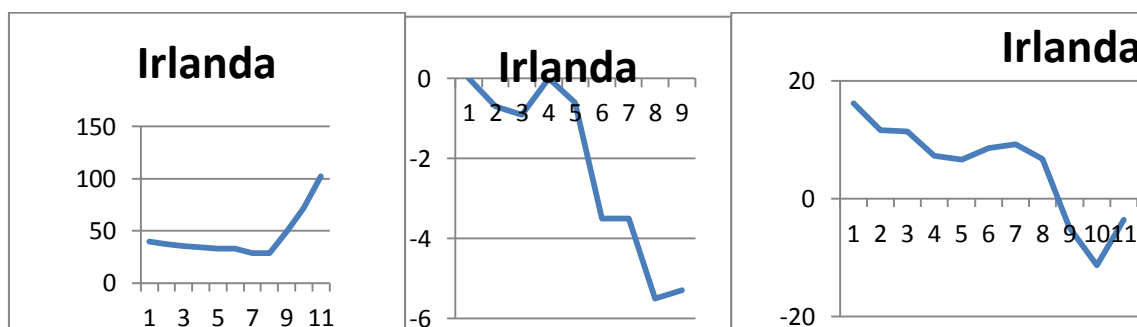
Fonte: Factbook 2010 da OCDE

3.2 IRLANDA

Neste país, a crise se assemelha á americana, ou seja, estouro de uma bolha imobiliária, que se desenvolveu de 1990 a 2007. Concederam-se empréstimos a pessoas que não tinham condições de pagar, com redução de análise de riscos destes empréstimos. Houve perda repentina da riqueza por parte das famílias e necessidades de incentivos a economia e, sobretudo socorrer as instituições financeiras, isto trouxe sérias consequências fiscais ao país, que servia de exemplo de austeridade neste campo. Ela começou também a enfrentar crise de

confiança e acenou com medidas de austeridade equivalente a 10% do PIB e se comprometeu a reformar o sistema bancário, para receber ajuda do FMI e da União europeia de 90 bilhões de euros. O gráfico 7 ilustra a situação Irlandesa:

Gráfico 7 Balanço conta corrente % PIB \ Variação do PIB \ Dívida pública % do PIB



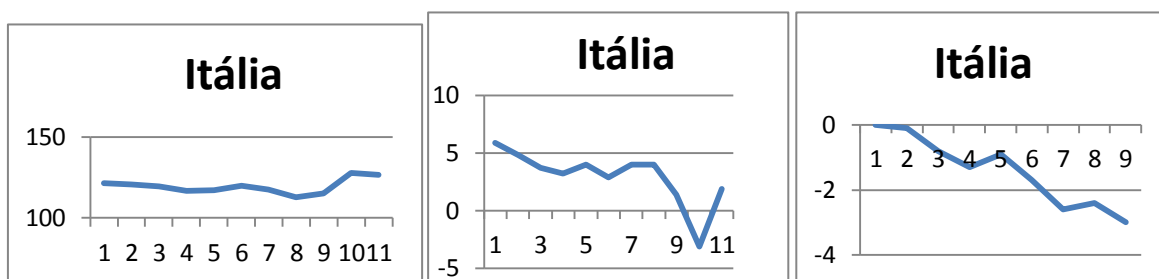
Fonte: Factbook 2010 OCDE

3.3 ITÁLIA

A Itália convive com déficits elevados mesmo antes da crise de 2008, de mais de 100% do PIB, fruto do descontrole nos gastos públicos. A crise só veio a piorar cenário econômico, subindo o déficit em 3 anos, para 116% do PIB. A Itália, contrariando boa parte dos países europeus, não teve problemas com bancos ou bolhas imobiliárias, o que lhe dá certa folga. Foram adotadas medidas visando a economizar 24 bilhões de euros no setor público até 2012, cortando benefícios sociais, reduzindo salário do servidor público e aumentando a idade para aposentadoria. O mercado recebeu com ressalvas estas medidas, pois elas são pífias em relação ao grande déficit público e acanhadas, se comparadas às medidas tomadas por outros países em situações semelhantes. O cálculo da consultoria inglesa Capital Economics é que seriam necessários gigantescos 650 bilhões para tirar a Itália do mercado pelos próximos três anos para um ajuste nas contas do país. Poderia chegar a 700 bilhões se for feita alguma capitalização nos bancos. De onde pode sair tanto dinheiro? Nem o BCE nem o Fundo de Estabilização têm esse dinheiro. E esse é o ponto da consultoria: a Itália não apenas é grande

demais para quebrar, mas pode ser grande demais para ser resgatada. A Itália trocou o primeiro ministro, assumindo Mario Monti, também economista, que foi comissário europeu, foi escolhido pelo presidente, Giorgio Napolitano, como senador vitalício. Passa, assim, a fazer parte do parlamento e pode ser chamado para o novo governo. Isso indica que existe a possibilidade de se formar um governo de transição nessa mesma linha, formado mais por técnicos do que por políticos. O Gráfico 9 ilustra a situação italiana:

Gráfico 9 Balanço conta corrente % PIB \ Variação % PIB \ Dívida pública % do PIB



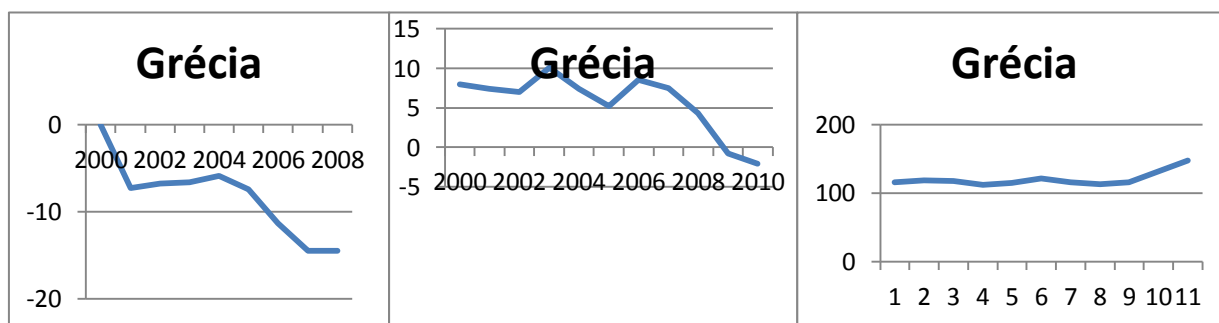
Fonte: Factbook 2010 OCDE

3.4 GRÉCIA

Ela é o grande problema para a Europa, já se cogitou até em retirar a Grécia da zona do euro, pelo enorme perigo que ela pode trazer a toda economia europeia. O principal fator apontado como causador da crise grega é a irresponsabilidade de seus governos, que com maracutaia fiscal escondiam sua grave situação econômica. Apesar dos constantes avisos das autoridades europeias, o governo nada fez para equilibrar sua situação fiscal. Com a crise de 2008, o déficit da Grécia literalmente levantou voo, passando de 15,4% para 126,8% do PIB. Isto gerou uma enorme desconfiança do setor financeiro, que começou um processo de venda de títulos públicos gregos, agravando ainda mais a crise. O país é um estopim para uma crise social. O governo adotou medidas austeras que levou a população às ruas, com protestos e quebraqueiras. O governo aposta suas fichas num plano que prevê cortes de salários, congelamento de contratações de servidores públicos e elevação de impostos, pra receber um empréstimo de 110 bilhões de euros do FMI e da U.E. Mesmo com as medidas adotadas, o nível de confiança internacional na economia grega, só diminuiu, pois no fundo será feito um

calote estruturado, com redução de juros e de mudança no perfil da dívida grega. Hoje já se sabe que: o calote de 20% na dívida foi para 50%, a ajuda não deu certo, a crise política se agravou, o governo caiu, e o mercado continua olhando a Grécia como pária e a população vai enfurecida às ruas a cada vez que uma parte do programa de ajuste é votada. A Grécia colocou um tecnocrata, Lucas Papademos, que foi vice-presidente do BCE, à frente do governo. Ele foi indicado pelo presidente do país, depois de recomendações dos líderes, para organizar o novo governo até as próximas eleições, que será fundamental para implantar ou não o acordo feito com a UE para receber ajuda financeira. (Fonte: jornal O Globo, 12 de novembro de 2011). O gráfico10 ilustra a situação grega:

Gráfico 10 Balanço em conta corrente % \ Variação % PIB \ Dívida pública



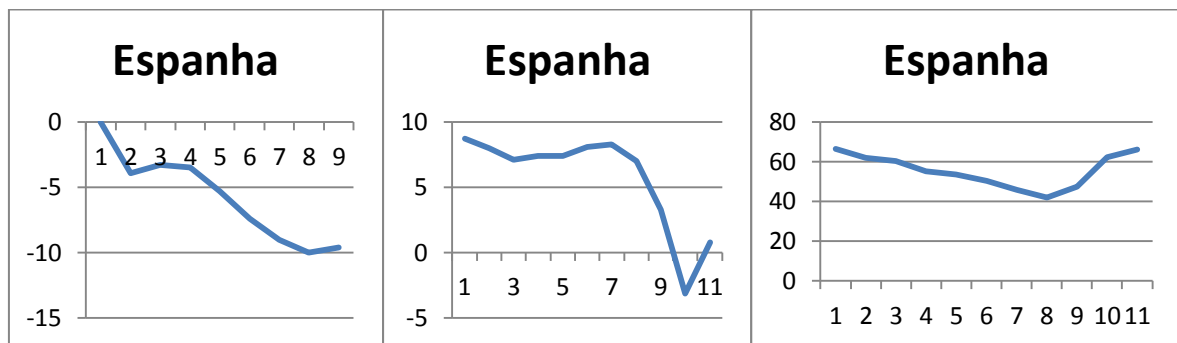
Fonte: Factbook 2010 OCDE

3.5 ESPANHA

A economia espanhola tem um PIB que equivale a Portugal, Itália e Grécia juntos, sendo, portanto, um enorme perigo para a economia europeia e por conseguinte, mundial. Uma crise imobiliária também atingiu a Espanha, sendo uma porta de entrada para uma longa instabilidade. Não houve quebra de bancos, mas a confiança na economia espanhola despencou, pois ela está estagnada, podendo contaminar a zona do euro. O governo aprovou em maio de 2010 um ambicioso plano para reduzir as despesas públicas, realizando cortes de 50 bilhões de euros, para diminuir o déficit de 11,8% para 3% do PIB em 2013. O plano não agradou a U.E. E muito menos a população espanhola, que convive com uma taxa de

desemprego de 20%, a maior da Europa (sobretudo sobre a população jovem), que teme perda de benefícios sociais. O gráfico 11 ilustra a situação espanhola:

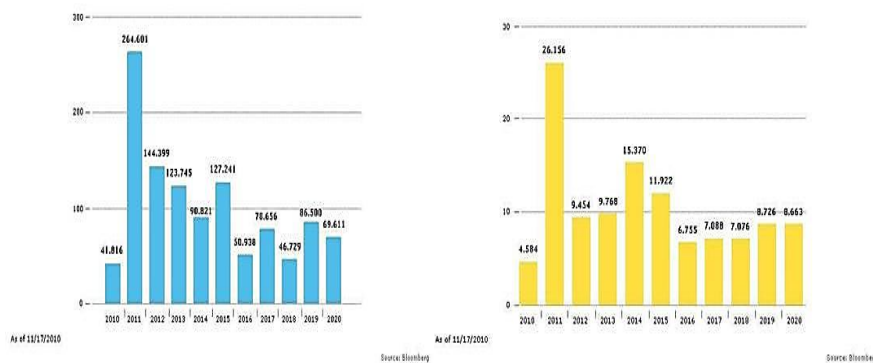
Gráfico 11 Balanço em conta corrente % PIB \ Variação % PIB \ Dívida pública



Fonte: Factbook 2010 OCDE

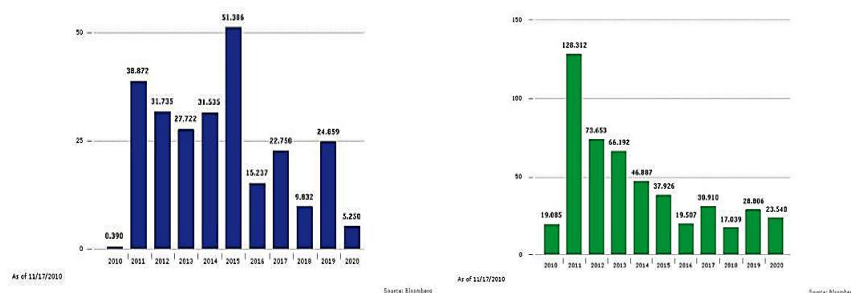
As medidas adotadas nos PIIGS não debelaram a crise, apenas a empurrou para frente, pois as enormes quantias de desembolso, para pagamentos de juros, nos próximos anos, fazem com que a confiança de recuperação escorra pelo ralo. A situação é ilustrada nas figuras 14 e 15, publicadas em: <www.bloomberg.com>, 2010, abaixo, onde se percebe a enorme encrenca que se avista no horizonte.

Figura 14 juros a serem pagos pela Itália/Portugal nos próximos anos (bilhões de euros)



Fonte-agência bloomberg-2010

Figura 15 Juros a serem pagos Por Grécia e Espanha nos próximos anos (em bilhões de euros)



Fonte-agência bloomberg-2010

Os líderes da zona do euro não devem oferecer muitos números para desenvolverem respostas à crise de dívida num encontro, em 26/10/ 2011, porque o tamanho dos prejuízos dos bancos em títulos gregos ainda está sob negociação e o maior poder de fogo do fundo de resgate do bloco ainda está para ser quantificado. A Chanceler , Ângela Merkel, se recusa a apoiar decisões impositivas orientadas pelo Banco Central Europeu (BCE).

Segundo ela, quaisquer medidas devem surgir de uma negociação e não de uma imposição. "Não devemos fazer passar a ideia de que os políticos esperam alguma coisa do BCE", deve ser debatido um texto comum e acordado.

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, evitou polemizar em torno das divergências. Durão Barroso se disse "confiante" no sucesso da cúpula. "Estou confiante em um desfecho que nos permita sair da crise e restaurar a confiança na determinação da Europa para agir." Durão Barroso defendeu a adoção de um pacote global para promover as reformas para o crescimento econômico internacional. Na reunião de amanhã, os líderes debaterão as dificuldades vividas principalmente nos 17 países da zona do euro.

A solução para a crise passa por descontos nos papéis das dívidas dos PIIGS, sobretudo os da Grécia e esses líderes podem não estar prontos para dizer qual o exato tamanho do "desconto" nos papéis da dívida grega detidos por investidores, mas podem indicar um nível desejado --imaginado entre 50% e 60%-- ao anunciarem o tamanho pretendido da ajuda do setor público e a meta de relação entre a dívida e o Produto Interno Bruto (PIB) da Grécia para 2020, disseram as autoridades da Zona do euro. A Europa deve identificar os países que não sejam solventes e reestruturar as suas dívidas, mantendo todos os países no euro, defendem algumas autoridades e querem o envolvimento do BCE na solução para a crise. Os

líderes europeus estudam um plano para ampliar o fundo de resgate da zona do euro, de € 440 bilhões, por meio do uso de alavancagem. As opções para esse fundo, a Linha de Estabilidade Financeira Europeia (EFSF, na sigla em inglês), reduziram-se à inclusão de um plano de seguro que prevê a separação de uma quantia para ser usada na compensação de parte das perdas sofridas pelos compradores da dívida dos países fracos, como a Itália. A agência de avaliação de riscos Fitch não vê solução rápida para crise da Europa, ela considera a Grécia como insolvente e que o calote grego é inevitável, com preocupação sobre a perspectiva para a Espanha e a Itália. A Fitch observou que os bancos nestes países tinham uma exposição combinada de cerca de € 360 bilhões aos problemas de dívida soberana da Europa, com o mercado já levando em conta um rebaixamento "significativo" do rating da dívida da Itália e da Espanha, o único destaque é a Irlanda, que, segundo Stringer(2011), diretor global para ratings soberanos da agência, "fez um trabalho muito bom neste ano" em termos de administração fiscal. O diretor da Fitch disse esperar que os líderes europeus cheguem a um acordo e façam movimentos subsequentes para manter a zona do euro a salvo, mas acrescentou que a região vai apenas "se virar" economicamente, segundo reportagem publicada no site 'economia com Ritamundi' "<<http://www.ritamundim.com.br>> em 25 de outubro de 2011.

Segundo Paul Krugman no jornal New York Times "o Reino Unido, Japão e Estados Unidos, que possuem dívidas e déficits enormes, mas permanecem com capacidade de tomar empréstimos a juros baixos. Qual é o segredo deles? A resposta, em grande parte, é que eles mantêm sua própria moeda e os investidores sabem que, em um aperto, eles podem financiar seus déficits imprimindo mais dessas moedas. Se o Banco Central Europeu igualmente garantisse as dívidas europeias, a crise diminuiria dramaticamente." Para ele Se não fosse tão trágica, a atual crise europeia seria engraçada, ao estilo humor negro. Pois enquanto um plano de resgate após o outro fracassa, as Pessoas Muito Sérias da Europa – que são se é possível, ainda mais pomposas e cheias de si do que seus pares americanos – apenas ficam parecendo cada vez mais ridículas. A resposta para crise envolve a criação de um fundo que possa, se necessário, emprestar para a Itália (e para a Espanha, que também está sob ameaça) dinheiro suficiente para que não precise tomar emprestado a juros tão altos. Esse fundo provavelmente não precisaria ser usado, já que sua mera existência colocaria um fim ao ciclo de medo. Mas o potencial para empréstimos em uma escala realmente grande, certamente no valor de mais de um trilhão de euros, precisa estar lá. A verdade amarga é que está parecendo mais e mais como se o sistema do euro estivesse condenado. E a verdade ainda mais amarga é que dado o modo como o sistema está funcionando, a Europa ficaria melhor quanto mais cedo isso ocorresse."

4 CONCLUSÕES

A crise na Europa, em novembro de 2011, ainda está longe de terminar. Se procurou um paliativo para esconder a crise grega para debaixo do tapete, pois todas as soluções procuradas não levaram em consideração a degradação social por que passam a maiorias dos países europeus. A Europa convive a algum tempo com o flagelo do desemprego, sobretudo entre a população jovem. A preocupação das autoridades europeias tem sido unicamente, uma maneira de salvar os bancos, que foram em sua maioria os responsáveis pela crise. Crise esta já anunciada a alguns anos por muitos economistas, mas que a ganância e a estupidez de grandes conglomerados financeiros, acreditando que o mercado reagiria sozinho, continuaram se arriscando cada vez mais.

Se olharmos as sugestões do mercado para a crise grega, considerado erroneamente como o estopim da crise europeia, talvez possamos entender o porquê as grandes manifestações que ocorrem pela Europa, exigindo reformas de verdade, que preservem empregos e conquistas sociais.

De acordo com números divulgados pelo Programa Europeu Alimentar, 43 milhões de europeus encontram-se numa situação de risco alimentar e sem dinheiro para pagar uma refeição e 79 milhões vivem abaixo do limite da pobreza, isto causado pela degradação da situação econômica internacional, bem como a política de austeridade que tem sido seguida por praticamente toda a Europa, está levando cada vez mais europeus á situações extremas de pobreza. Os programas sociais (como os programas comunitários de apoio alimentar aos mais carentes, que fornecem alimentos dos excedentes agrícolas) têm restringido sua atuação em função sucessivos cortes para conter a crise e sobrar dinheiro para o pagamento das dividas públicas de vários países europeus, segundo o Eurostat, 79 milhões de pessoas vivem na Europa abaixo do limiar de pobreza e 30 milhões sofrem de subnutrição.

A solução da crise é complicada, pelas amarras feitas e impostas aos países que compõem a Zona do euro, sobretudo a falta de liberdade em fazer reformas monetárias e fiscais, como desvalorizar moeda e aumentar ou diminuir impostos. Apesar de ter um órgão responsável pela política monetária, o Banco Central Europeu (BCE), que estabelece metas de inflação e controla a emissão de euros, a União Europeia não dispõe de uma instituição única que monitora e regula os gastos públicos dos 17 países-membro. Dessa maneira, demora a descobrir os desleixos governamentais e, quando isso acontece, inexistem mecanismos austeros

de punição. Em 1999, os países da região encerraram um ciclo de discussões chamados Pacto de Estabilidade e Crescimento. Em resumo, as nações comprometeram-se com a questão do equilíbrio fiscal. Àquelas altamente endividadas ficou a imposição de apresentar ‘planos de convergência’ para patamares de dívida mais aceitáveis. As sanções seriam recolhimentos compulsórios e multas. Contudo, sua aplicação não seria automática, ficando na dependência de uma avaliação pelo Conselho Europeu. A política mostrou-se insuficiente para controlar os gastos públicos dos PIIGS.

As soluções propostas em Bruxelas pelos governos nacionais não contribuem para a formulação de uma agenda positiva, que tenha preocupação também com os aspectos sociais da crise atual. Pelo contrário, voltam à cena as antigas propostas do FMI, que pareciam ter sido esquecidas com a retomada das políticas públicas de com foco em Keynes (já demonstradas fracassadas ao longo do tempo, pois são propostas imediatistas que não se sustentam) e desenvolvimentista.

A crise que foi se formando a partir do final dos anos setenta, (causada principalmente pela queda na taxa de lucro da economia produtiva e pela força atropeladora do neoliberalismo, que fez com que o lucro do mercado financeiro se tornasse indecorosa e sujeito a riscos monumentais e conjuntamente com o endividamento das famílias, empresas e governos que mantiveram o consumo aquecido via endividamento), que mostrou seus dentes na crise do setor pontocom, na crise asiática, por exemplo, explodiu de vez em 2007 e veio para ficar por muitos anos, pois seus efeitos serão dolorosos, sobretudo em economias já adoecidas.

Hoje passado o momento simbólico de deflagração da crise econômica atual, a realidade dos países e economias afetadas ao redor do mundo é bastante discrepante. Em Setembro de 2008, as instituições financeiras norte-americanas estavam em situações insustentáveis. Com a quebra do banco Lehman Brothers, verifica-se um efeito-dominó sobre um conjunto de instituições bancárias e de crédito naquele país, o que foi chamado crise do “subprime”, fortemente afetada pelo mercado hipotecário do setor imobiliário e da construção civil. Os bancos estavam sem lastro em suas operações de empréstimo, os preços dos imóveis vivia um fenômeno de alta de preços irreal e insustentável no longo prazo – a chamada bolha artificial do mercado de imóveis. O mercado financeiro altamente globalizado, os efeitos da crise nos Estados Unidos logo se espalharam, feito fogo em papel, para outras regiões do planeta, como a Europa, a América Latina, a Ásia e África. Tendo iniciado apenas na esfera financeira, logo as consequências da crise vieram também para o chamado setor real, com efeitos devastadores sobre a produção de bens e serviços, o nível de emprego, o ritmo de consumo, a dinâmica do comércio internacional (exportações e importações) e sobre a

capacidade fiscal dos Estados. Em resumo, a recessão surgiu não apenas como uma ameaça, mas como uma força fortemente nociva, que exigia ações imediatas. Mas a coisa não foi e não será tão simples. O remédio para curar a crise e suas ressacas será sempre mais amargo para a população mais pobre de qualquer país. Os abutres que construíram a crise, sempre se sairão bem, pois em nome da salvação do setor financeiro, sobretudo de grandes conglomerados bancários, sempre terão a disposição à carniça pública, oferecida por governantes altamente comprometidos o sistema financeiro mundial. Estados Unidos e a Europa permanecem em recessão mais longa, com “crescimento negativo” do PIB para 2009 e 2010. Nos países centrais, as políticas adotadas pelos governos foram no sentido de “salvar” o efeito de quebraadeira generalizada do sistema financeiro, por meio de alocação de recursos públicos nas instituições bancárias e de crédito, além de oferecer uma política de isenções e incentivos para as grandes empresas continuarem suas atividades produtivas. Apesar de tais medidas começarem a surtir efeito na América do Norte, a na Europa é mais complicada, pois a União Europeia composta por países, com a sua própria institucionalidade social, política e econômica, os quais contam com seus próprios Estados – poderes executivo, legislativo e judiciário. Têm seus próprios orçamentos votados em cada Nação e exercem um conjunto de políticas públicas em seus respectivos espaços – por exemplo, a política de impostos. E nessas condições, a urgência de adoção de medidas centralizadas e impostas a um conjunto tão diverso é muito mais difícil de obter.

Outro problema é a correlação de forças políticas existentes hoje na Europa. Observou-se no passado recente, em diversas eleições a conformação de maiorias políticas de caráter bastante conservador, com os casos emblemáticos de Berlusconi na Itália, de Sarkozy na França, de Merkel na Alemanha, e em outros países. Esses governos foram forçados a abandonar, logo no início da crise, o discurso liberal mais radical. A presença do Estado foi solicitada, na forma de alocação de recursos da União Europeia e de cada orçamento nacional em particular, sempre para socorrer instituições financeiras e oferecer incentivos às empresas. A receita amarga e sem caráter continua sendo a de obtenção de superávit primário e de aprofundamento dos cortes orçamentários nos setores que interessam à maioria da população (saúde, previdência, educação, transportes, auxílio desemprego). E por incrível que pareça, permanece o estímulo ao processo de financeirização das economias.

Mas a população destes países continua resistindo da única forma que lhe resta, através de protesto e contestação, como ocorre atualmente na França, contra a proposta de reforma do sistema previdenciário, na Alemanha contra as propostas de cortes orçamentários nas áreas sociais, redução do salário-desemprego e demissão de funcionários públicos, na Itália,

com os sucessivos escândalos políticos do governo, sempre com propostas impopulares e polémicas, como as reduções de despesas na área social e as restrições aos trabalhadores imigrantes e, sobretudo, violentamente (já houve várias mortes) na Grécia.

A respeito da crise, porque não dizer das crises pode concluir alguma coisa, mesmo que os economistas que defendem o sistema financeiro e as grandes corporações digam o contrário. Os mercados são eficientes apenas na lógica do capital e não na lógica social, ele tem uma lógica de atender aos seus próprios interesses, mesmo à custa dos interesses da maioria da população, operando com espírito de especulação e ofuscando realidades quando de seu interesse ou provocando crises quando for necessário. A política de concessão de isenções fiscais e benefícios tributários para as grandes empresas é a maior responsável pelo aumento da dívida pública. Antes da eclosão da crise, dos países da U.E mostravam certo controle fiscal e a invés de reduzir as despesas para reduzir a dívida pública, deve-se mantê-la em áreas como saúde, educação, previdência, auxílio desemprego e moradia, garantindo que a saída da crise em médio prazo não afete a capacidade dos países na questão social. Faz-se necessário alterar a transferência dos beneficiários da crise, favorecendo os trabalhadores e garantia de empregos, que no final das contas sustentará o consumo e a economia produtiva e favorecer os especuladores e as grandes empresas. A crise não é somente resultado da intranquilidade do mercado financeiro, pois os Bancos Centrais dos países da EU não podem financiar seus próprios governo. Os Estados são obrigados a recorrer a bancos privados pagando taxas de juros exorbitantes pelas operações. Precisa-se de uma estratégia de construção europeia, com maior foco no social e com medidas que evitem que a liberdade absoluta de fluxo de capitais para o exterior continue provocando as consequências negativas da crise suficiente. O caminho passa por maior centralização na adoção de medidas comuns e no estabelecimento de um sistema de compensações das trocas comerciais entre os países.

Resumidamente, podemos dizer que a decisão tomada pela Comissão Europeia deveria caminhar também de forma a seguir um movimento de tornar mais acessível à maioria da população o debate de importantes temas económicos; aproximar o não economistas desses assuntos é de uma importância urgente, pois nada é mais carregado de conteúdo político do que as decisões assim chamadas de “técnicas” pelos responsáveis pelas políticas económicas da maioria dos países do mundo. Sim, pois quanto menos a maioria da população conhecer sobre a situação econômica de seu próprio país e for afastada da discussão da procura de soluções, tanto mais fácil será perpetuar a política económica dirigida a beneficiar a minoria(que em última instância é quem fabrica as crises). E talvez, tenhamos que fazer aqui a mais triste das constatações: a economia não aprende com seus erros e tão pouco se esforça para entendê-los.

Ficam aqui, como últimas palavras, algo que foi repetido ao longo do texto, e com certeza ao longo das crises econômicas: “não vai acontecer, desta vez será diferente”, pois aqueles que estavam no comando continuam no mesmo lugar e ainda com a mesma ideologia econômica, e protegendo os gigantes das finanças, que foram salvos com dinheiro público (segundo George Bush, em suas memórias, diz ter sido pego de surpresa pela crise e sendo um homem de decisão resolveu esvaziar os cofres públicos para salvar os bancos e sendo esta, segundo ele, a única maneira de evitar uma catástrofe), sem a exigência de nenhuma contrapartida por partes dos bancos, que estão mais gigantescas ainda. Como disse Paul Krugman: “as lições da crise financeira de 2008 foram esquecidas instantaneamente, e as próprias ideias que estão na origem da crise-toda regulamentação é nociva, o que é bom para os bancos é bom para a América, cortes de impostos são a panaceia-voltam a dominar os debates. Em um livro dedicado aos “zumbis da teoria econômica”(por exemplo Alan Greenspan, Robert Rubin e o representante máximo, Keynes), o economista John Quiggin, mostra como ideias mortas continuam andando entre nós e vem causando ao longo do tempo sucessivas crises. Foram concedidos 16 bilhões de euros aos operadores da bolsa de valores de Londres entre abril de 2010 e maio de 2011, em 2008, portanto no auge da crise, foram transferidos como bônus 32,4 bilhões de dólares por 9 estabelecimentos de Wall Street (que ao mesmo tempo haviam recebido 175 bilhões de dólares com ajuda pública), a seus executivos, que ao mesmo tempo haviam recebido 175 bilhões de dólares com ajuda pública, isto indica que o caminho e rotina da extorsão já retomaram seu curso), isto indica que o caminho e a rotina da extorsão já retomaram seu curso. Ficam como sugestões tratar assuntos como a dimensão política do Euro e o que representaria o seu fim.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni . A crise europeia e o “moinho satânico” do capitalismo global. Disponível em:<<http://www.vermelhos.net/>>.10/09/ 2011.

ARTUS , Patrick ; VIRARD, Marie-Paule . **Est-il trop tard pour sauver l'amerique?**. Paris: Le Monde / La Découverte, 2009.

CASTRO, Paulo Rabello de Castro. Disponível em:< www.revistaepoca.com.br>. 10/09/2011

CECCHETTI , Stephen G.; MOHANTY,; ZAMPOLLI, Fabrizio. Disponível em< [Http://www.bis.org/](http://www.bis.org/)>. 21 /08/2011.

DUMENIL, Gerard ; LEVY, Pierre . **The crisis of neoliberalism.** Disponível em: <<http://thenextrecession.wordpress.com>>>. 18/10 2011.

EICHENGREEN, Barry. **Portugal terá de reestruturar a sua dívida.** Disponível em:< <http://economia.publico.pt>>.20/05/2011.

EICHENGREEN , Barry ; HAUSMANN , Ricardo. Disponível em: <<http://www.econ.berkeley.edu/~eichengr/research.html>>>. 15/09/2011.

GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique . **O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzidos pelas finanças.** Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>>.20/08/2011.

HUSSON, Michel. **Crise et taux de profit.** Disponível em: < <http://hussonet.free.fr> > 23\09\2011

KRUGMAN, Paul. Disponível em:<<http://not.economia.terra.com.br/noticias/>>. 20\09\2011.

LICHA , Antônio Luís. **Inconsistência de políticas econômicas ou fragilidade financeira? : visões alternativas de ataque especulativo.** Disponível em: <<http://www.sep.org.br>>>. 20/08/2011.

MARTINS, José. **Produtividade e lucro do desemprego.**Crítica semanal de economia:edição nº 1086; ano 26; 3ª Semana Novembro 2011.

MAULDIN, John. **Dívida crise global futuro proteções trajetória da dívida pública taxas de juro: crise da dívida global.** Disponível em: <<http://www.frontlinethoughts.com>>. 13/05/2011.

Marx, Karl. **O capital:** coleção os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

PERKINS, John. **Assassinos econômicos.** São Paulo: Cultrix, 2008.

ROGOFF, Kenneth; REINHART, Carmen. **Oito séculos de delírios financeiros.** Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2010.

SCHWARZ , Peter. Disponível em: <<http://www.gbn.com/>>. 10/09/2011.

SMICK , David . **The World Is Curved: Hidden Dangers to the Global Economy .** Disponível em:< <http://www.davidsmick.com>>. 07/10/2011.

STIGLITZ, Joseph. **A hipótese de Portugal ou Espanha falirem.** Disponível em:< <http://economia.publico.pt>>. 05/08/2011.

SITES CONSULTADOS

www.valoreconomico.com.br

www.folha.com.br

www.estadão.com.br

www.oglobo.com

www.fmi.com

www.cia.com

www.revistaepoca.com.br

www.veja.com.br

www.istoe.com.br

